



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Rilton Herberton dos Santos Braga

**A POLÍTICA EM SANTANA: UMA ETNOGRAFIA DA
FORMAÇÃO DE FACÇÕES E DAS ELEIÇÕES DE 2008.**

.

Macapá-AP

2011

UNIFAP – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Rilton Herberton dos Santos Braga

**A POLÍTICA EM SANTANA: UMA ETNOGRAFIA DA
FORMAÇÃO DE FACÇÕES E DAS ELEIÇÕES DE 2008.**

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. José Maria.

Macapá-AP

2011

Rilton Herberton dos Santos Braga

**A POLÍTICA EM SANTANA: UMA ETNOGRAFIA DA
FORMAÇÃO DE FACÇÕES E DAS ELEIÇÕES DE 2008.**

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Maria da Silva

Orientador

Prof. Msc. Alexsara Maciel

Avaliadora

Prof. Dr. Rosinaldo Sousa

Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus,

Aos meus familiares pelo apoio e incentivo para ingressar na vida acadêmica,

A todos os professores que contribuíram para o meu aprendizado,

Aos colegas de turma pelo companheirismo durante todos esses anos

Ao Prof. Dr. José Maria Silva por me guiar neste caminho que ainda era desconhecido por mim,

Em particular a Gianna Gomes Flexa, Ricardo Heriwelton dos Santos Braga, Gracimone do Socorro dos Santos Braga, pelo companheirismo e suporte na elaboração e realização deste trabalho.

Dedico este trabalho as comunidades do município de Santana, especialmente, aquelas pessoas que contribuíram com informações necessárias para elaboração de um estudo voltado a causa política no município.

“(...) política, feita de relações institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional, fornece-nos uma chave para o entendimento da percepção que tem população no interior do Brasil do que seja a política. (...) elas pensam a política de modo aparente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário, mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é de trocas pessoais, em especial de trocas de favores”

Moacir Palmeira

. RESUMO

Este trabalho desenvolve um estudo sobre a política em Santana, teve como objetivo descrever a democracia como um arranjo institucional dentro da política para a sociedade santanense; e se certificar de que esse processo não se limita ao período eleitoral no município. A área de estudo está localizado no município de Santana, na região sudeste do Estado do Amapá. Sua sede está situada às margens do Rio Amazonas, cujas coordenadas geográficas são determinadas pela latitude 00°03'S e longitude 51°17'54''W, com altitude de 7,5m. O estudo foi concentrado na coleta de dados por meio de observação participante, entrevistas de roteiro prévio, análise de material de campanha realizada por candidatos a prefeito e vereadores e registros fotográficos. Os resultados obtidos demonstram como o munícipe santanense sente e interpreta a política. Esses mesmos resultados oportunizaram a descrição de como a política é realizada pelos candidatos aos cargos eletivos na campanha eleitoral de 2008 em Santana; quais são os caminhos que estes ditos políticos tomaram no devir da campanha política e como eles firmaram compromisso com o eleitorado. Desta forma, a festa da campanha política pode influenciar nos resultados da eleição, por meio da passagem de capital político junto das práticas políticas que se torna uma realidade diferenciada dentro do município de Santana.

Palavras-chave: Política, campanha, candidatos, eleitores, voto, Município de Santana

ABSTRACT

Este trabalho desenvolve um estudo sobre a política em Santana, teve como objetivo descrever a democracia como um arranjo institucional dentro da política para a sociedade santanense; e se certificar de que esse processo não se limita ao período eleitoral no município. A área de estudo está localizado no município de Santana, na região sudeste do Estado do Amapá. Sua sede está situada às margens do Rio Amazonas, cujas coordenadas geográficas são determinadas pela latitude 00°03'S e longitude 51°17'54''W, com altitude de 7,5m. O estudo foi concentrado na coleta de dados por meio de observação participante, entrevistas de roteiro prévio, análise de material de campanha realizada por candidatos a prefeito e vereadores e registros fotográficos. Os resultados obtidos demonstram como o munícipe santanense sente e interpreta a política. Esses mesmos resultados oportunizaram a descrição de como a política é realizada pelos candidatos aos cargos eletivos na campanha eleitoral de 2008 em Santana; quais são os caminhos que estes ditos políticos tomaram no devir da campanha política e como eles firmaram compromisso com o eleitorado. Desta forma, a festa da campanha política pode influenciar nos resultados da eleição, por meio da passagem de capital político junto das práticas políticas que se torna uma realidade diferenciada dentro do município de Santana.

Palavras-chave: Política, campanha, candidatos, eleitores, voto, Município de Santana

SUMÁRIO

Lista de Siglas e Abreviaturas	10
Lista de Figuras	11
Lista de tabelas	12
INTRODUÇÃO	13
1 — Antropologia da Política: discussões teóricas e abordagem metodológica.....	15
2 – O Processo Histórico de Formação de Santana	24
3 – O Município de Santana e a Política	35
3.1 – Antecedentes	35
3.2 – Os grupos políticos e suas relações com o munícipe santanense	35
3.3 – Formação dos grupos políticos e seus atores.....	44
3.4 – Outros atores na política santanense.....	51
4 – As eleições municipais de 2008 em Santana.....	54
4.1 – Antecedentes	54
4.2 – Campanha, candidatos e eleitores.....	55
4.3 – Campanha política em Santana	63
4.4 – A campanha nos bairros de Santana e as razões do voto.....	69
4.5 – O Período Eleitoral	72
4.6 – Santana após as eleições.....	75
5 – CONCLUSÃO	80
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
AMCEL – Amapá Florestal e Celulose S/A
BRUMASA- Bruynzeel Madeireira S/A
CEA- Companhia de Eletricidade do Amapá
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DASP – Departamento de Assistência ao servidor público
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
FACEPA – Fábrica de Celulose e Papel Aproveitável
FPM – Fundo de participação dos Municípios
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
ICOMI – Indústria de Comércio de Minério
JUPS – Jovens Unidos do Porto de Santana
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDS- Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Brasileiro
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMM – Prefeitura Municipal de Macapá
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PSDB – Partido do Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
REAMA – Refrigerantes do Amapá S/A
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMDURB – Secretaria Municipal de desenvolvimento Urbano
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UECSA – União dos Estudantes dos Cursos Secundarista do Amapá
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
URSS- União das Repúblicas Socialista Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização da área de estudo.....	24
Figura 02 – Estrutura para extração de minério.....	29
Figura 03 – Porto de Santana.....	30
Figura04 – Densidade demográfica do município santanense	31
Figura 05 – Local onde acontece as atrações e desembarque de pessoas e mercadorias.....	32
Figura – 06 – Festividade de Santa Ana.....	34

LISTA DE TABELA

1 – Tabela da estrutura administrativa da campanha eleitoral em 2008	66
--	----

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a política praticada na cidade de Santana, objetivando a maneira de como o santanense “faz” e “atua” na política. Analiso os meios utilizados que estão no entorno deste processo, e como e de que maneira foram construídas tais práticas dentro do um município cuja dimensão geográfica é pequena, mas que possui o segundo maior número de habitantes do estado do Amapá.

As eleições em pequenas municipalidades – como Santana – podem se tornar um empreendimento familiar ou que pode abarcar pessoas da convivência como amigos ou mesmo uma pessoa que prestou um serviço. A política realizada no município de Santana não foge muito essa realidade. A política vigente nesta municipalidade, que teve o reflexo nas próprias pessoas que ali residem se tornou um campo de interesse para este estudo, que aborda como os munícipes atuam no processo eleitoral, e também, a disseminação das campanhas políticas nos meios de comunicação que gerou como consequência a festividade realizada de maneira proporcional à competição.

O estudo da política no segundo maior município, em habitantes, do estado do Amapá não se restringiu aos palanques ou aos comícios na campanha. Utilizando de observação participante, procurei abordar por meio de gravações realizadas nas ruas, em bares, praças e outros logradouros públicos, como os segmentos sociais de Santana interpretam e fazem parte da política no município. O público santanense tem a sua participação no processo eleitoral como um de seus principais atores sociais nesta competição, junto dos candidatos ao cargo do executivo ou os do legislativo.

Assim, eleitores e candidatos participam de maneira ativa tanto do período da campanha quanto pós – campanha, no sentido de cumprimento de compromissos firmados no período eleitoral e que precisam ser executados. Ou seja, esta mesma política não está presa ao período da campanha eleitoral, mas possui sua continuidade no momento da posse dos eleitos.

O trabalho está dividido em 4 capítulos, são eles: Antropologia da política: discussões teóricas e metodológica, onde faço uma abordagem de como a antropologia da política analisa o objeto de estudo, que é a forma de praticar política. Já no segundo capítulo, trato do processo histórico de formação de Santana, a partir de quando e como

o município cresceu em termos populacionais, econômicos e infra-estruturais. Logo após, o terceiro capítulo, “O Município de Santana e a política,” apresento o processo de formação de grupos políticos e seus atores ao pleito, logo depois há o quarto capítulo, que é “As eleições municipais de 2008 em Santana”, neste capítulo abordo a campanha eleitoral de 2008, as estratégias políticas e os meios da prática de campanha realizadas em Santana.

Seguindo, faço as minhas considerações finais sobre os resultados obtidos. Este foi um trabalho que tem como contribuição de deixar de pensar a política como algo generalista, mas sim a partir do enfoque etnográfico, o qual desvela concepções, estratégias e ações de atores locais sobre o que seja política. Logo, a política partidária aqui é pensada e analisada do ponto de vista nativo, como uma determinada comunidade ou sociedade identifica e designa um conjunto de fenômenos e ações como políticas.

1 – ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: DISCUSSÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICA.

A antropologia da política, ao contrário da filosofia da política ou da ciência política, possui a incumbência de descrever, de uma forma singular e individual de como as sociedades interpretam e se familiarizam com a política. Neste caso não se trata de questões institucionais individuais, mas de como uns ou outros praticam a política, como descrevem e vivem desta. Desta forma, a política, neste sentido vai para além de definições modelares, se tratando de uma sociedade que pensa as atividades no campo da política fazendo domínio de tantos outros – econômico, jurídico, artístico – envolvendo agentes da sociedade que podem, a partir da convivência com essa política se tornar um profissional ou um especialista (Palmeira, 2006:10).

É notável que a política no âmbito do Brasil segue questões sobre direitos e cidadania, e esses podem ser marcados por forte conotação moral, mas que no período da política tendem a deixar de lado essas questões. A política, no período de campanha, se apresenta de uma forma que vai além de vinculações com as decisões jurídicas para os eleitores, e assim, os planos de estratégia política apresentado pelos candidatos podem transformar o ilícito em lícito normal. Para Domingos de Abreu (2002:28) cabe o questionamento “(...) o que a sociedade brasileira vem considerando como ilegítimo, apesar de legal, e legítimo apesar de não legal?”. A política, neste sentido é considerada como um ato semiótico, que, por sua vez está sujeito a várias interpretações. Assim se pode ter a classificação das práticas políticas em âmbitos de diferentes pessoas, que por si só são considerados como agentes da política pela antropologia. Portanto, “(...) as práticas políticas são classificadas como crimes eleitorais, ações fraudulentas, e atos de corrupção no interior de processos de disputa pela representação política” (GOLDMAN, 2006:12).

A antropologia da política neste sentido, não possui a incumbência de deslegitimar qualquer que seja o governo, mas sim de demonstrar através de etnografias precisas de como as pessoas recebem, se comunicam e como participam da política. Os estudos no âmbito das ciências sociais na área da antropologia, não partem da análise

institucional, e sim leva em consideração as questões específicas de determinados contextos. Assim;

“São negativas no sentido de que a explicação para o comportamento do eleitor "é em geral encontrada na falta de algum elemento tido *a priori* como essencial: racionalidade, tradição e organização partidárias, eficiência governamental etc.". São ideológicas porque se concentram "no nível das representações, sem dar conta dos mecanismos mais fundamentais que as sustentam". Por fim, ao ficarem restritas ao domínio institucional, estas abordagens excluem de suas considerações as tramas micropolíticas que se desenvolvem nas várias dimensões da sociedade” (CARNEIRO, Apud PALMEIRA 1996:22).

Por meio de evidências etnográficas e escolhas teóricas podemos fazer com que as concepções de política sejam levadas como políticas nativas, com suas formas variadas de interpretações. É bastante significativa a interpretação de Palmeira (2006), quando este afirma que por fora do tempo da política existem diferenças entre a perspectiva dos que fazem política todo o tempo (os políticos) e a dos que fazem política no tempo da política (eleitores). Pois assim, O caráter “festivo” da política e as disputas de fidelidades que são marcadas pelo período da política acirrada são vividos de forma diferente entre os elegíveis e os eleitores. Márcio Goldman (2006) afirma que quanto mais acirrada a disputa mais festiva a eleição; entretanto quando o político faz política e festas ele produz adversários. Nesta lógica de fazer política, os eleitores de hoje em dia – considerados de classe média ou baixa – existe a convicção de que “as eleições representam um momento de tirar proveito”, e que pode ser viabilizada por meio da reforma de uma casa, de tratamento médico, compra de remédio referente a uma receita, ou muitos outros favores que venham a atender as diferenciadas demandas da relação candidato – eleitor.

A política na interpretação da antropologia é tratada como uma agência de troca de interesses tanto da parte dos candidatos quanto dos eleitores, devido o seu pragmatismo. Assim torna-se um grande universo a ser investigado, devido à presença de processos sociais que unem ou que dispersam, ou que provocam conflitos. Neste caso, diferentes perguntas podem ser efetuadas sobre estes fatores que mobilizam o processo eleitoral e o comportamento político. Divergências profundas farão com que teorias dos comportamentos e movimentos sociais assumam esse processo de

investigação; levando em consideração “(...) como a vida social é organizada, e como casualmente, os diversos mecanismos sociais produzem a história” (FIGUEIREDO, 2008:16). Aqui não se está querendo descredibilizar qualquer outra ciência, mas se procura um espaço para a antropologia da política que pode ser explicada em sua abordagem pelo voto através da campanha política. De acordo com a política no campo da antropologia, quando os indivíduos são chamados a optar politicamente através do voto, toda a sua história social contribui para a sua decisão: primeiro decidem se participam ou não do ato de votar, em seguida decidem para quem darão o seu voto. Explicar o voto é levar em consideração todos os fatores que possam tangenciar o processo social, pois este pode condicionar o comportamento dos indivíduos e grupos. Assim;

“Explicar o voto (...) é o mesmo que revelar como variadas motivações e percepções se agregam na opção de um candidato. (...) Neste sentido, adquire particular relevo o estudo das semelhanças e diferenças no comportamento de distintas camadas sociais, pois é na acentuação ou na neutralização das propensões destas que se encontram quase sempre o cerne de uma estratégia eleitoral” (FIGUEIREDO 2008:17).

Assim torna-se dificultoso abordar isoladamente a questão da negociação de votos, pois, a partir do momento em que assim se faz está generalizando os casos, esquecendo suas peculiaridades. Afirma César Barreira (2004:43) que “(...) a relação entre eleitor – candidato, ou entre corruptíveis e corruptores, é gestada no interior da relação patrão – cliente, e que isso dificulta o discernimento entre voto comprado, voto de gratidão e voto consciente.”

As relações que acontecem entre o candidato e eleitorado no âmbito da sociedade e estado é configurada no âmbito da política de forma a atender as demandas individuais que figuram como coletivas. Mas como se pode chegar a esta assertiva? Porque na maioria das vezes por mais que os interesses possam ser conflitantes os atores sociais podem atender a diferentes necessidades vindas a arregimentá-las, no ambiente político, muitos outros apoios que podem se transformar, futuramente em votos. A sociedade independentemente de local possui a sua individualidade que é pesquisada pela antropologia, tendo os ditos da sociologia e a ciência política sendo abordada pelos estudos antropológicos com um sentido de desconfiança política, sensação de impotência política que podem influenciar o comparecimento ou não no

momento de votar. Dentre todas essas sensações se encontram sistemas de crenças que orientam as aptidões políticas e as identificações com os partidos políticos de acordo com suas demandas, surgindo às lealdades e solidariedades políticas. Por isso;

“Em termos de participação eleitoral, a sociedade é estratificada em três grupos (...). Os primeiros são os engajados, com grau de interesse político suficientemente alto para mantê-los mobilizados para o voto; a mobilização dos segundos depende de forças momentâneas, de curta duração; e os últimos são os que se alienaram, quase nada consegue motivá-los a participar do processo eleitoral” (FIGUEIREDO, 2008:39).

Dentro deste universo de pesquisa, necessita-se levar em consideração as carreiras políticas que fazem, quer queira quer não, parte desta relação entre eleitor e candidato. O que se está querendo esclarecer é de que forma a prática profissional pode fornecer elementos para a inserção de representantes no campo político, inclusive os recursos simbólicos utilizados nas disputas eleitorais. De acordo com Thompson (1990), na literatura das ciências sociais o conceito de cultura abrange os estudos sobre as formas simbólicas que são inseridas dentro deste vasto campo de estudo.

Como se pode notar esses pré – requisitos não fazem exclusivamente parte do estudo da antropologia da política, mas neste sentido, o termo “política” se enquadra de maneira diferenciada, pois demonstra novas áreas para pesquisa, cabendo assim, a antropologia da política como forma de análises que só vem a contribuir no campo das ciências sociais.

“A concepção de cultura descritiva de cultura refere-se a um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico. A concepção simbólica muda o foco para um interesse com o simbolismo: os fenômenos culturais, de acordo com essa concepção, são fenômenos simbólicos e o estudo da cultura está socialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica” (THOMPSON, 1990:166).

Desta forma, procura-se encontrar a mistura do real e tangível, conquistas políticas neste âmbito; e o metafísico, como os “milagres que podem acontecer dentro da política. Por meio destas demonstrações se poderão revelar o processo de legitimação do poder político neste contexto, e também, as profissões dos atores da política que são

dotadas de densidade que fizeram ou fazem a diferença nas eleições, como o açougueiro caridoso ou o médico milagroso e bondoso. Com uma mesclagem do metafísico e dos fatos objetivados, tem-se que;

“(...) para que uma determinada sociedade seja sensível ao acionamento de determinados símbolos ou referências éticas; a sua reelaboração e utilização em arranjos variados, que articulam instâncias distintas de pensamento e ação, como a política e a religião, o trânsito da prática profissional ao milagre é quase imediato, a cura médica e a cura milagrosa se confundem” (JULIA MIRANDA, 2001:15).

Os trabalhos da política na antropologia, que de forma direta se comunica com ciência e a filosofia política, mas que possui a sua metodologia própria; e de forma mais ampla faz a análise do objeto de pesquisa – política – como uma agência que é tangenciada pelos atores da política como sujeitos que chamam a política para o seu contexto de vida, que fazem dela o uso utilitário, como individual, mas que se situa no discurso como coletivo. Desse modo a antropologia da política leva em consideração que o ritual carrega um sentido mais amplo, pois toma o contexto de caminhadas, de tribunais eleitorais, e outros fatores que circundam o ambiente político brasileiro.

“Rituais, eventos, eventos críticos, dramas sociais, (...) ou simplesmente seminários (...) na sua especificidade “nativa”, o rótulo não importa, mas sim o fato de serem interrupções do cotidiano, reveladoras dele, que pode dar acesso ao pesquisador a estruturas sociais culturais ou a princípios informadores da ação social (...) (PALMEIRA, 2006:19)”.

Assim, a forma de análise da antropologia não se limita a fatos, ela faz uso também, de questões semióticas que só vêm a contribuir ao enriquecimento do estudo de casos na política territorial que abrange quesitos regionais ou locais.

Nota-se que as relações sociais desempenham uma parte das mais importantes da atividade política do que nos grupos organizados, que possuem afinidades de classe, de profissão ou mesmo de ideologia. Assim se “costuram” as relações sociais dentro das pequenas cidades, de forma que o forte sentimento de pertencimento a um movimento político, onde cada indivíduo faz parte da coletividade reivindicatória, porém procura objetivar o atendimento de sua própria necessidade. Associado a isso pode-se observar a

política da reputação que é inserida dentro das trocas eleitorais ou dentro do período da eleição, ou seja, quando há intensidade das promessas de um candidato, isso faz com que diminua proporcionalmente a sua preferência eleitoral. Assim;

“(...) política, feita de relações institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional, fornece - nos uma chave para o entendimento da percepção que tem a população no interior do Brasil do que seja a política. (...) elas pensam a política de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário, mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é de trocas pessoais, em especial de trocas de favores” (PALMEIRA, 2006:139).

O mapeamento da micropolítica é o espaço privilegiado para a realização de pesquisas pela antropologia. A pretensão é que esta abordagem "micro" não seja encarada meramente como complementar as análises macro políticas, uma vez que a passagem do macro ao micro corresponde a uma efetiva mudança de nível, as variáveis que operam em um plano não são as mesmas que funcionam no outro. A relação indivíduo e campanha política é o sustentáculo para os estudos da antropologia, pois viabiliza os campos de atuação dos atores da política o que sustenta a relação candidato e eleitorado.

A antropologia no campo da política pode ser observada de maneira simples, direta e precisa. Ela se apresenta para explicar e demonstrar através de sua visão os candidatos e os eleitores, suas campanhas e estruturas de cunho político, como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política. Fazendo-se uma retomada do objeto abordado, chega-se através de estudos prévios que a sociedade brasileira, partindo do geral para as especificidades, é heterogênea, formada por redes sociais que possibilitam sustentar múltiplas dimensões da realidade política.

Como afirma Graham (1990) “através de descrições minuciosas de situações, rituais eleitorais, do detalhamento do processo político e administrativo” se pode encontrar explicações sobre questões que na ciência e filosofia política pode causar estranhamento. Para o autor torna-se necessário evidenciar o contexto histórico sem separar política, relações sociais e experiências culturais. Como Peirano (1998:31), definiu o objeto de estudo da antropologia política;

“Reafirmando que o estudo da antropologia política não se limita apenas às estruturas políticas. Muito pelo contrário, a ciência antropológica analisa e observa todo o envolvimento do processo que não se resume apenas ao eleitor ou ao candidato, mas todas as práticas políticas que acontecem neste momento, como o clientelismo, mandonismo e mesmo o protecionismo.”

É interessante de se perceber como Max Weber enxerga a democracia em “Ciência e Política: duas vocações.” Para ele a participação popular se resume ao sufrágio universal. O processo é democrático apenas se restringindo à escolha e legitimação do governante. Há, portanto, um processo de dominação. Entretanto, na área da antropologia política a partir do momento em que ela se depara com a política e efetua a análise dela, o pesquisador depara-se com questões que não são referidamente restritas a um período. Cabe ao governante atuar de acordo com a vontade dos eleitores dentro de suas necessidades, que por sua vez, podem até, em determinado momento serem emocionais, conseqüentemente modificadas. Porque na medida em que o período da política se inicia as relações que podem ser fisiologistas, clientelistas, e outras trocas de favores, rompem com o período da política ocupando recortes antes da política, no período dela, e após.

Preocupados com a mudança da sociedade no contexto brasileiro, e um novo campo de trabalho, antropólogos desenvolveram na década de 1990 um conjunto de trabalhos por meio do NuAP (Núcleo da Antropologia da Política) que tinha como objetivo e um dos conceitos a “(...) suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica”(PEIRANO, 1998). Ao investigar política no ramo da antropologia legitimada pelos padrões modernos, pode-se, além de ter uma melhor visão e análise do objeto, um desligamento de pretensões sociocêntricas e formalistas. Revela-se que a própria política, como esfera social, a parte de outras esferas da sociedade, pode ir além em suas análises e evitar ser produto da ideologia moderna.

A política, dentro do quadro de estudos da Antropologia, é entendida como um meio de acesso às formas políticas variadas levando em consideração as particularidades dentro de um campo de trocas, de forma que pode se tornar uma relação cíclica dentro do campo político, pois o ato de dar algo tem como consequência o ato de receber, que continua como uma retribuição gerando como consequência reconhecimento e poder na política. Desta forma;

“(…) Se fizer favores gera poder, fazer política (e na concepção corrente, quem faz política gera poder) significa fazer favores em uma escala que extrapola o grupo de “iguais”, que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera rede de desiguais” (PALMEIRA, 2006:139).

Desta forma, recorre-se a Michel Foucault (1998:37) afirma que o poder não precisa, necessariamente, ser encarado como uma substancia localizada, muito pelo contrario, pode ser tratado como um feixe de relações imanentes a todas as dimensões da vida social. Assim, há política também, dentro de uma comunidade que regula os fluxos de trocas, obrigações de dar e receber, retribuir; que o antropólogo Marcel Mauss (1976) chamou de “lógica da dádiva”. Para Márcio Goldman e Ronaldo Sant’Ana (2006) na apresentação do livro e do artigo "Elementos para uma análise antropológica do voto" faz-se uma abordagem na discussão das possibilidades do processo eleitoral e, conseqüentemente do voto; apoiando em pressupostos da antropologia cultural. Esta abordagem tem o seu início em Victor Nunes Leal (1949). Entretanto, “Coronelismo, Enxada e Voto” propôs uma centralização de forças nos partidos políticos. Estado e o coronel, considerando os eleitores como uma massa amorfa. É preciso entender que os partidos políticos para Leal estão ligados à dependência econômica, e tira um pouco o foco político dos eleitores. Moacir Palmeira (1996) demonstra uma política que possui uma maior organização, uma personificação e identificação do candidato, do voto e dos eleitores.

Desta forma se pode demonstrar o quanto há uma multiplicidade de trabalhos que as ciências sociais são capazes de produzir sobre campanhas eleitorais no Brasil. Por meio destes contextos, é observada a dinâmica da sociedade e a importância que o processo político possui na legitimação dos resultados eleitorais que se situam na conversão de uns ou dispersão de outros atores que são, para efeito de análise, objetos de suma importância para a o “olhar antropológico”. Assim;

“(…) torna-se necessário deixar de pensar somente os extremos irreconciliáveis da cultura brasileira, seus mundos a parte (ricos e pobres; zona sul e zona norte), e passar a focar os agentes sociais que tramitam entre dois pólos, contrabandeando idéias, estilos de vida, praticas sociais, objetos. Nos termos de Velho,(…) os indivíduos, principalmente do meio metropolitano, estão potencialmente expostos a experiências muito diferenciadas, na medida em que se deslocam e tem contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos ou mesmo contrastantes” (VELHO, 2001:334).

A antropologia da política possui um lugar marcante nos estudos da política, pois é por meio dela que se pode partir da micro política para o entendimento de um todo, porque o objeto não se pode quantificar o todo, mas se pode ter essa idéia fazendo a pesquisa das partes para que se tenha a realidade dos casos que podem ser individuais mas que são regidos com a idéia de coletividade ou o clichê de democracia. A democracia eleitoral é um arranjo institucional muito peculiar. Formalmente, suas regras definem direitos e obrigações políticas. É baseada no princípio distributivo de justiça ou perpetuação de culturas eleitorais para que se dê continuidade na política e suas peculiaridades. Lembrando que a regularidade da eleição faz com que os candidatos tenham outra oportunidade na próxima eleição, dado assim continuidade aos preceitos políticos e que suas particularidades persistam a cada nova eleição. A igualdade de oportunidades garante a incerteza e oportunidade de uma nova política.

É no meio deste grande universo de estudo que a antropologia da política se situa de maneira magistral, dando vazão a uma coletânea de trabalhos que, devido o seu trajeto histórico, abarca as questões políticas levando em consideração campos que vão da política a “*stricto sensu*”, ou seja, à questões de cunho individuais até as consideradas coletivas do pensar de sentir e agir na política.

2 – O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE SANTANA.

Antes de abordar propriamente o objeto desta pesquisa – o processo político em Santana – faço uma explanação geral neste capítulo sobre como se constituiu e se estrutura do local. O município de Santana foi criado pela lei nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987. Santana é o segundo município do Amapá, em termos populacionais e de importância econômica e social para o estado. A cidade de Santana, sede do município, fica localizada a 22 km pela Rodovia Juscelino Kubitschek e aproximadamente 13 km pela Rodovia Duca Serra de distância da capital, Macapá.

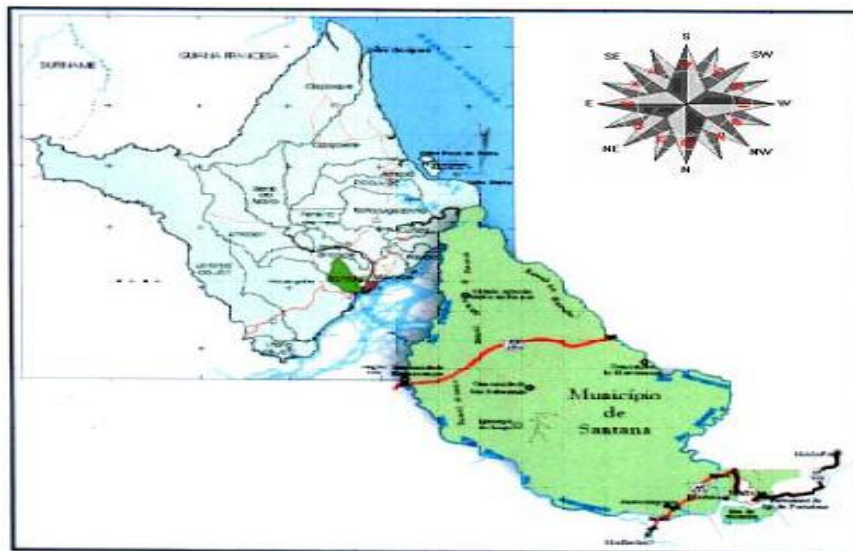


Figura 01: localização da área de estudo – Município de Santana
Fonte: IBGE, 2000; EIA/RIMA, 2002.

A história do município remonta aos últimos séculos e demonstra o fator de região estratégica no sentido de políticas de ocupação no século XVIII. Elevado à categoria de povoado em 04 de fevereiro de 1758, foi oficializado pelo então governador da província do Grão-Pará, Capitão General Mendonça Furtado (MNEIRO, 1998 – 2000:295). Santana tem seu início com o agrupamento populacional na ilha do mesmo nome, localizada frente à margem esquerda do Rio Amazonas. Em 1753, os primeiros habitantes referenciados eram moradores de origem europeia, portugueses, mestiços vindo do Pará, índios da nação de tucujulândia que vieram com o descendente de português Francisco Portilho de Melo, que evadiu-se para as terras do futuro município, fugindo das autoridades fiscais paraenses em decorrência da atuação em

comércio clandestino. Observe que a partir da chegada de Portillo à Ilha de Santana foi iniciado um grupo populacional que passou a se tornar povoado, mas que ainda iria aumentar.

De sua aliança com Mendonça Furtado, Portilho obteve o título de Capitão e diretor do povoado de Santana, tendo que em troca disponibilizar uma lista com aproximadamente 500 índios, mais conhecidos como Tucujus que estavam em seu poder. Esses índios iriam fazer parte da mão-de-obra para a construção da Fortaleza de São José de Macapá. Por ordem de Mendonça Furtado foi fundado o povoado de Santana, em homenagem à Santa Ana de quem os europeus e seus descendentes eram devotos e dentro do contexto da colonização portuguesa no Brasil sob os auspícios da Coroa e da Igreja¹.

Atualmente Santana ocupa uma área de 1.564 m², sendo um dos menores municípios em extensão com 1,1% do território estadual. Ao norte se limita com o município de Macapá, ao oeste com Mazagão, e ao sul ainda com parte do município de Mazagão e o estado do Pará, cuja linha divisória é o Rio Amazonas. As bacias hidrográficas do estado, embora sejam compostas de 20 e 27 sub-bacias, Santana possui 15 bacias que se situam no rio Matapi e 16 no rio Anauerapucu. A bacia mais importante, sem dúvida, é a do rio Amazonas, braço esquerdo do canal norte que liga Santana com outras partes do mundo. Já o rio Matapi é propício à navegabilidade, sendo neste local que se instalou o complexo industrial do Amapá.

Os núcleos populacionais urbanos registrados em Santana são nove. São eles: bairro Central, o mais antigo da cidade, bairro Comercial, onde fica localizado o comércio, Hospitalidade, um dos mais carentes em políticas públicas; sua formação tem origem no intenso processo de migração para o estado do Amapá. O bairro Paraíso, praticamente não foi projetado; ele resultou de um processo de crescimento urbano desordenado, principalmente no período em que havia o projeto da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana. Vila Daniel é um bairro surgido às margens da vila da ICOMI. Seus habitantes são descendentes de comerciantes que vinham de municípios adjacentes ao estado do Amapá, como Breves, Afuá ou Gurupá.

1 – Caio Prado Júnior, em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo” trata da questão dos ciclos, a exaustão das regiões auríferas no país, e o foco de interesse português pelas “drogas do sertão”, a viabilidade de seu comércio no mercado externo além da ocupação de terras em litígio na Amazônia.

No âmbito do processo de migração com destino ao Amapá, Santana tornou-se o local de primeira moradia, em razão do porto localizado no município. Deste modo, a cidade passou por um período de inchaço populacional, de forma que bairros como Remédios e outros surgiram por estarem próximos ao projeto ICOMI. Desta forma, os moradores destes novos bairros poderiam tirar proveito direto – quando conseguiam se empregar neste grande empreendimento – ou indireto – quando atuavam como prestadores de serviços, como os do setor terciário. A prefeitura decidiu pela remoção dos moradores de uma área residencial, e esse pequeno vilarejo nasceu às margens do projeto de beneficiamento madeireiro e mineral instalado em Santana – para um plano de habitação, que posteriormente originaria o Bairro Nova Brasília.

A Vila Amazonas foi um núcleo habitacional particular projetado para trabalhadores de médio e alto escalão da ICOMI. É uma vila que segue o modelo da “cidade empresa” (*company town*) de inspiração americana e que, especialmente na Amazônia, esteve ligada aos grandes projetos minerais. Trata-se de um tipo de projeto urbano e habitacional direcionado à acomodação das famílias dos trabalhadores de grandes projetos (Trindade Jr. e Rocha, 2002).

O bairro com registro mais recente é o da Fonte Nova. Este bairro foi projetado com casas pré-fabricadas por meio de um convênio com o governo do Estado do Amapá. A criação deste bairro foi uma tentativa de combater ao *déficit* habitacional e conter as invasões em novos loteamentos urbanos.

Retroagindo até a primeira metade do século XX, Santana era um pequeno vilarejo, sem estrutura urbana e com poucas ruas. Uma das principais ruas ligava o centro da vila com o porto, onde o futuro município concentrava as principais atividades comerciais. A dinâmica da urbanização na cidade se deu com a exploração do manganês na cidade de Serra do Navio e o escoamento pelo porto de Santana. Com isso a cidade passou por um processo de urbanização que, a priori, acompanhava o desenvolvimento da atividade industrial movimentada pela mineração. Assim, a história do município de Santana está ligada diretamente aos grandes projetos voltados a ocupação dos “espaços vazios” e o processo do nacional desenvolvimentismo brasileiro.

Com a implantação do projeto de exploração do manganês em Serra do Navio, houve uma grande corrente migratória, tendo como destino o estado do Amapá. Segundo os dados do IBGE, de 1991 a 1996, houve um grande crescimento populacional, pois a sociedade santanense era composta de 51.451 habitantes com uma densidade demográfica de 32,90 ha./Km², para 72.150 habitantes (um crescimento de

40%) com densidade demográfica de 46,13 ha./Km². Já em 2000 o número de munícipes em Santana era de 80.439 – um aumento de, aproximadamente, 10,3% em relação ao ano de 1996 – para 2010 chegar a 101.203 habitantes.

Essa migração em busca de oportunidade de emprego é considerada por Peliano (1990, Apud, Flexa e Farias, 2008), como deslocamentos de trabalhadores no espaço territorial por razões econômicas, determinando o rompimento territorial anterior, e a procura de restabelecimento de posteriores condições objetivas de trabalho. Com isso surgem os novos bairros do município, que em outrora só existiam o centro e a região portuária. Bairros com características operárias, como a Vila Amazonas, com características de comércio como o bairro Comercial ou mesmo de subemprego como a Baixada do Ambrósio surgiram a partir dessas grandes migrações que aconteceram nestes períodos ou ainda acontecem cotidianamente.

Como se pode observar, todos os bairros tiveram as suas nomenclaturas de acordo com as suas características de demanda migratória, pois se eram comerciantes, logo o bairro adquiriu o nome “Comercial”, ou pelo fato do local ter uma pessoa bastante conhecida como o carpinteiro naval Ambrósio o local passou a ser conhecido como “A baixada do Ambrósio.”

Com a esperança de estabilidade de vida, de emprego de carteira assinada e de educação para os filhos; famílias do município de Afuá, Breves e Gurupá vieram a engrossar o rol de novos bairros com o crescimento urbano desordenado. Nesse caso as pessoas envolvidas desligaram-se de seu local de origem e procuraram estabelecer novas relações sociais de acordo com sua ocupação ou não, no mercado de trabalho. Desta forma, os substratos econômicos que poderiam vir do emprego que os projetos poderiam proporcionar para atender as necessidades diretas e indiretas. Entretanto,

“[...] há uma larga fatia populacional que não consegue inserir-se no sistema produtivo, engrossando o rol dos desempregados ou inativos, bem como razoável proporção da força de trabalho que não consegue estabelecer-se como assalariado, permanecendo numa situação de subemprego, de modo particular nas ocupações autônomas do setor terciário [...]” (KOWARIK, 1985: 65).

Uma segunda explicação para o crescimento populacional, via migração, foi a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e de Santana. Como revelam as entrevistas realizadas, o fluxo migratório para o Amapá, e particularmente para Santana, tinha por finalidade a busca de melhoria de vida para os recém chegados. Porém, levaria um pouco de tempo para esta mão-de-obra se adequar às novas exigências do mercado

de trabalho. Era preciso atentar que a zona de livre comércio de Macapá e Santana era diferente da zona franca de Manaus, pois a segunda privilegia a mão-de-obra industrial e o comércio, e a primeira dá vazão ao comércio o que levaria um tempo para a adaptação de seus futuros trabalhadores. Entretanto, os recém-chegados buscavam resultados em curto prazo. Deste modo, não houve a confirmação do progresso esperado pelos migrantes paraenses e nordestinos.

Com os dados do IBGE pode-se ter uma idéia geral da situação da migração para o município de Santana. O fato do município ter sido emancipado em 1987 tornou-se difícil a construção de uma série histórica que possa caracterizar o perfil demográfico da população santanense. No entanto, partindo do ano de 1991, o total de moradores era de 51.451 habitantes, e em 1998 aumentou para 74.135 munícipes, um crescimento de aproximadamente 30,6%.

Assim, em 31 de agosto de 1981, Santana foi elevada à categoria de Distrito do município de Macapá, pela lei nº. 153/81-PMM – Prefeitura Municipal de Macapá – sendo o seu agente pró tẽmpore o Sr. Heitor de Azevedo Picanço que com influência da capital poderia conhecer as redes sócio-políticas do município e transformá-las em potencial político. Logo após, Santana teve como o seu primeiro agente distrital o Sr. Francisco de Correa Nobre.

Com o crescimento por meio da migração, Santana viria a ser um “espaço político” a ser conquistado pelos políticos da capital, ou mesmo que viesse de outros estados da federação. Tanto é que até o ultimo agente distrital de Santana foi Jurandil Juarez, um representante da política macapaense. O município de Santana, assim, passa a alicerçar as bases para atores sociais, que posteriormente, viriam a fazer parte de novos grupos políticos do local. Desta forma, o santanense obtém além do voto a contrapartida de gestão da municipalidade, porque a partir deste momento da história de Santana o munícipe passou a decidir as políticas a serem aplicadas no local, e também observar as propostas para a saúde educação e segurança.

Voltando as origens da “explosão demográfica” do município, as análises históricas efetuadas pelo IBGE (2006 a 2010), o município de Santana começa o seu desenvolvimento populacional como consequência da descoberta de manganês em Serra do navio pelo caboclo Mário Cruz. Com a instalação da ICOMI em 1956, que veio fazer a exploração deste minério, no município de Serra do Navio, Santana se tornou o ponto de partida para o processo de instalação do migrante oriundo de municípios do Pará ou mesmo de Estados Nordestinos.

De acordo com a geografia, a região sul do Amapá é uma região estratégica tanto em relação ao escoamento do mineral explorado, quanto pelo fato de se situar mais próxima da América do Norte e da Europa, onde esse minério iria ser beneficiado. Assim, principalmente o município de Santana, por ser uma região de concentração portuária, foi aonde os recém chegados poderiam se alocar mais facilmente.



Figura0 2: Estruturação para extração de minério
Fonte: brasilescola.com

Portanto;

“O empreendimento” Multinacional ICOMI, quando dos serviços de construção de sua infraestrutura, provocou expropriação de terras e intenso fluxo migratório de mão-de-obra desqualificada, por outro lado contribuiu para redução do vazio demográfico e abalou os alicerces do servilismo nos limites do Território e regiões circunvizinhas, provocando debandada nos latifúndios, além de se apresentar como a primeira efetiva possibilidade de emprego em abundância, com os direitos trabalhistas, que não fosse do serviço público. (SANTOS, 1951: 72).

O minério de ferro – manganês – explorado no Amapá foi considerado, segundo pesquisas efetuadas em laboratórios que se encontravam no sudeste brasileiro, de alto teor, podendo assim proporcionar altos lucros para as indústrias que tinham como matéria – prima o manganês e ainda, poderia se tornar uma fonte de material para a indústria bélica dos Estados Unidos e a URSS em plena guerra fria.

Desta forma, houve investimentos tanto do governo federal quanto externos para a construção de um porto flutuante em Santana devido sua posição estratégica, assim conseguiu atrair outros grandes projetos de exploração situados no estado do Amapá, mais especificamente na cidade de Santana.



Figura0 3: Construção do porto flutuante de Santana/AP.

Fonte: ibge.gov.br

Portanto, a cidade de Santana destacou-se na década de 1950 no setor industrial, e também um grande destaque às indústrias de transformação (madeira). De acordo com Jadson Porto:

“Em 1968, foi instalado em Santana a empresa Bruynzeel Madeireira S.A – BRUMASA. Tal empreendimento, originado de um acordo entre a ICOMI e um grupo de holandeses, teve como atividade principal a fabricação de compensados a partir de recursos florestais locais, como também de exploração de virola” (virola surinamensis) (PORTO, 2006: 125).

A BRUMASA foi a segunda maior empresa a ter participação na constituição da cidade de Santana, após a instalação da ICOMI é claro, e também, foi um dos “alicerces” à construção da exclusividade econômica do setor primário (agropecuário) para o setor secundário (indústrias de transformação). Outro grande projeto que foi voltado à estruturação do porto santanense foi a instalação da Companhia Docas de Santana. Na década de 1970, instalou-se na cidade de Santana a AMCEL – Amapá Florestal e celulose S/A, empresa exploradora de matéria prima (recentemente o pinus eucalipto) para a produção de papel, sua instalação ocupou grande parte da área portuária do bairro Novo Horizonte. Para instalação destes projetos de exploração do potencial econômico - florestal do Amapá, foi necessário a instalação de uma fonte de energia como incentivo a criação de um parque industrial no estado e consolidação da área portuária da cidade de Santana. Ainda na década de 1970, por meio da Eletronorte, houve a instalação da CEA – Companhia Elétrica do Amapá - no estado, e consequentemente atendendo as necessidades do porto e das residências santanenses.

Além do crescimento urbano populacional, Santana, por meio de seus municípios, necessitava de melhoria em infraestrutura, que foi conseguida com a

instalação dos grandes projetos. Com a consolidação de município, o eleitor santanense passou a escolher os seus próprios gestores.

Conforme Mitsheim (apud Flexa e Farias 2008), a instalação de grandes projetos na Amazônia acelerou o movimento migratório, e muitas das vezes, até prematuramente deu voz política para os núcleos urbanos de Santana propiciando uma ocupação desordenada. Assim, as questões de trabalho não davam possibilidades de acesso a bairros ditos centrais fazendo com que os futuros moradores do município fossem empurrados cada vez mais para o “polo marginal”, onde restaria o desemprego, o subemprego e atividades informais com baixo rendimento.



Figura 04: Esta área caracteriza-se pela grande densidade demográfica que foi fruto de densas migrações para o município de Santana.
Fonte: FLEXA, Gianna Gomes; et al. 2008.

As lideranças políticas surgem dentro deste contexto, pois a partir desse momento a história da cidade de Santana junto da política emerge com uma expectativa de melhoria de vida de uns – eleitos e seus apoios – em detrimento de outros – os que não conseguiram chegar ao posto de um cargo eletivo.

Entretanto, para alguns autores, como Drummond (2007:51), que considera que o crescimento populacional das décadas de 1950 e 1960 na cidade de Santana não foi ocasionado pelo projeto ICOMI, mas sim nos períodos de 1991 e 2000 com a fundação da ALCMS (Área de Livre Comércio do Município de Santana). De acordo com este autor neste período o Amapá teve o maior crescimento populacional brasileiro, que conseqüentemente atingiu de maneira direta o crescimento urbano santanense. De acordo com o censo do ano de 2000, Santana possuía 80.439 habitantes, com 75.849 (94% dos habitantes) morando, naquele momento, na cidade do município, surgindo assim novas demandas político - econômicas.



Figura 05: Imagem de parte do Porto de Santana, onde são recebidos os maiores fluxos de migrantes.

Fonte: panoramio.com

O crescimento populacional e urbano desordenado, de acordo com as entrevistas realizadas, criou uma ambição nos políticos macapaenses, que em parte com a nomeação de Jurandil Juarez para agente distrital, “migraram” para fazer campanha no município de Santana. Como se pode notar, a história de Santana no início esteve ligada diretamente a capital, Macapá. Entretanto, aos poucos a população começou a escolher seus próprios representantes. Assim foi com eleição de Rosemiro Rocha Freires deputado estadual. Através de seu mandato conseguiu aprovar um projeto lei que definiu o desmembramento Santana de Macapá, com a transformação do mesmo em município.

Assim, as redes sociais oriundas de várias localidades do país cresceram, devido à mão-de-obra local ainda estar se adaptando à nova realidade da economia e se adequar às exigências do mercado de trabalho. Neste contexto, se tornou quase que frequente o aparecimento de profissionais procurando estabilidade, e o seu aparecimento se justifica pelo favorecimento econômico que caracteriza a negociação política do cotidiano santanense. Isso aconteceu com um estágio na empresa da família para um amigo. Após a eleição para prefeito ou mesmo vereador um emprego em uma secretaria ou com cargo dependendo a aptidão deste eleitor que no passado o apoiou fielmente e conseguiu arregimentar muitos votos.

Santana ainda era distrito do município de Macapá e que, junto da migração, tornou-se alvo de “políticos de situação²”.

Historicamente o município de Santana tem sua população aumentada, anualmente, em razão da intensa migração oriunda das cidades do interior do Pará e do Nordeste e pelo fato do principal porto do estado está localizado em Santana. Esse

crescimento populacional pode ser comprovado por meio do senso feito pelo IBGE. Em 2007, o município de Santana/AP, apresentou um quantitativo de 9.2098 habitantes, tendo um crescimento de 14,5% se comparado ao senso de 2000.

Percebe-se que a realidade econômica do município e de seus cidadãos gira em torno de uma renda per capita de 75,10 reais, com quatro instituições financeiras (agências) e ainda, dez empresas extrativas com cento e dezenove empresas de transformação em uma área territorial de 1578 Km².

Falando especificamente do setor econômico do município, podemos destacar as atividades de origem agropecuária, com destaque para a criação de gado nas espécies bovino e bubalino, bem como a criação de suínos. Ainda no setor primário, destacamos as atividades pesqueiras, madeireira, a extração e venda de produtos como o açaí contribuem também para o desenvolvimento econômico do município de Santana.

No setor secundário município é o mais desenvolvido no estado, tendo em vista que está em seu domínio geográfico o Distrito Industrial do Amapá, cujo parque sofre constante ampliação de novos empreendimentos que ali se instalam. Contudo, já podemos destacar a presença de algumas empresas importantes para o setor econômico do município e do estado, tais como: as empresas Flórida e Equador, com fábricas de palmitos e de açaí; REAMA, que industrializa a Coca-Cola no estado; CIMACER, que atua na produção de tijolos; FACEPA, que trabalha na reciclagem de papel; CHAMPION, empresa dedicada à plantação de pinho para exportação.

No setor terciário podemos destacar o setor de serviços, representado por bares, hotéis, motéis e o comércio vinculado à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS. Em termos de circulação de dinheiro, destacam-se os funcionários públicos, pois são essas pessoas que recebem as maiores remunerações. Os servidores públicos estão representados nas três esferas de poder: município, estado e União.

Santana movimentava sua economia junto dos festivais turísticos como o festival do açaí realizado na Ilha de Santana. O evento de maior expressividade é a festa de Santa Ana, que ocorre no mês de julho, precisamente no dia 27, além do período junino

2 – Político da situação é aquele que se “apropria” de algumas questões relacionadas à problemas de uma comunidade, bairro ou município para ser beneficiado nas eleições. Isso acontece de forma ao eleitor arcar com o voto para as garantias dos benefícios individuais ou da comunidade.

(Santana na Roça). É também festejado o Divino Espírito Santo em janeiro (02/01) e realizados em junho (dia 29) os festejos em louvor à padroeira da cidade. Essas são as atividades econômicas que movem o presente econômico na cidade de Santana. No entanto, as práticas econômicas do passado, também fazem parte do cotidiano santanense.



Figura 06: Figura que demonstra a festividade de Santa Ana, padroeira do município.

Fonte: santanafest. blogspot.com

Assim para Becker, (1991: 99) “o modo de produção imposto pela economia capitalista determina, em grande parte, os estilos de desenvolvimentos nacionais e as estratégias regionais”.

A preocupação com a influência da economia do voto passa a ser analisada pela antropologia da política como uma peculiaridade da política local, que praticamente acompanha as eleições santanenses. Esse detalhamento se verá nos próximos capítulos; aqui esta explicação foi observada nas vias de estruturação da cidade de Santana e suas consequências na economia da cidade e de que forma ela se apresenta no histórico de uma cidade a se consolidar como a segunda maior metrópole do estado do Amapá.

3 – O MUNICÍPIO DE SANTANA E A POLÍTICA.

3.1. Antecedentes

De acordo com a constituição histórica do Município de Santana já tratada no capítulo segundo, nota-se que a partir de 1946 a delimitação territorial na Amazônia ocorre por meio dos grandes projetos, que naquele momento tinham a incumbência de ocupar e interligar o país (Loureiro, 2004; Mello, 2006). Assim sendo, a região do futuro município foi objeto de vários movimentos migratórios, sobretudo oriundos do Nordeste e do interior do Pará. A imigração no Amapá coincidiu com alguns momentos de ordenamento territorial e econômico do estado, com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943.

Grupos familiares, principalmente na década de 1980, movimentaram a política em Santana, ainda emergente no cenário amapaense nesse período. Com o passar do tempo o futuro estado do Amapá, e as instâncias que faziam parte de sua estrutura política, foram se tornando um *locus* importante de mobilização popular, na busca de envolvimento de contingentes populacionais em processos eleitorais e na arregimentação de votos. Tal fato se deu através de atores emergentes da política santanense, com o intuito de formação de grupos em prol de um projeto político local.

Se for feita análise mais detalhada as nomeações para agente distrital, notar-se-á que esta pode ter sido uma das plataformas em que um componente da política santanense irá se perfilar. Contudo, podemos nos perguntar que mudança ocorreu em Santana nesse período? É o que será tratado seguir.

3.2. Os Grupos Políticos e suas Relações com o Munícipe Santanense.

Pode-se dizer que a partir Da década de 1980 teve início o processo de construção de uma política local, com a finalidade, ao mesmo tempo, de defender os interesses do município, de disputa pelo poder e de constituição de uma tradição de

gestão administrativa (sobretudo com pessoal próprio) para Santana. É preciso dispor de cargos administrativos para distribuir entre os seguidores dos grupos que ascendem ao poder, além dos cargos destinados a familiares. É necessário enfatizar que este é o momento em que os interesses, sejam individuais ou de grupos, vieram à tona. Os favores individuais de toda ordem, desde arrumar um emprego em uma repartição pública até a ocupação do comando de uma secretaria passaram a ser uma prática rotineira.

É no “tempo da política” que a sociedade permite suas próprias divisões, instrumentalizadas na exacerbação das disputas (minimizados fora desse período), na delimitação de espaços próprios de aliados e de adversários, na utilização de símbolos, como cores e músicas que assinalam as diferenças nos recursos midiáticos. Desta forma, muito mais do que os partidos, pesam as facções de tal forma que o voto já não é uma escolha individualizada, mas, na maioria das vezes, um empreendimento familiar ou de grupo. A eleição é o momento crucial para as definições e redefinições de fidelidades políticas, de acordo com os vínculos estabelecidos entre eleitor e candidato.

Desta forma iniciou-se o processo político e democrático em Santana, através de escolhas dos representantes para o executivo e o legislativo, com o envolvimento de pessoas que, mais adiante, tornaram-se referências na política local. Os mesmos podem ser vistos como pioneiros de uma nova agência política que viria se consolidar mais adiante. Para os candidatos a postos eletivos, a campanha de rua se apresenta como a melhor maneira de aproximação com a população e, conseqüentemente, de conquista dos eleitores. Na verdade, é no processo eleitoral que se estabelece o contato mais aproximado – às vezes direto – com o eleitor.

Os candidatos aproveitam para percorrer o maior número possível de locais da cidade e do município, com objetivo de conquista do eleitor. A palavra “reconhecimento” possui neste sentido um significado duplo. Em primeiro lugar, o reconhecimento no sentido mais superficial – se trata de um personagem que é recente, mas que em um curto período de tempo supostamente teria desenvolvido trabalhos relevantes em um bairro ou uma comunidade como no caso de Antônio Nogueira. No segundo, o reconhecimento está ligado não só a eleição propriamente, porque o candidato também teria desenvolvido um bom trabalho, só que este em longo prazo, e que, principalmente; está ligado a um trabalho ligado a assistência à famílias

necessitadas do município e “volta pelo reconhecimento deste trabalho” (João Antunes, pedreiro, falando de Rosemiro Rocha, Julho de 2008) ou na maioria das vezes, pelo reconhecimento do indivíduo em relação à trajetória política de sua família – Geovane Borges.

Pelo que consegui detectar, por meio de entrevistas, foi que os discursos dos elegíveis tinham como objetivo se tornar semelhante a biografia de alguns moradores do município – como os imigrantes do interior do Pará, que buscavam no município de Santana uma melhor educação para os filhos, os nordestinos que vinham em busca de moradia, emprego e renda, ou mesmo o próprio morador local que almejava uma melhora estrutural. As campanhas tanto dos senhores Rosemiro Rocha quanto de Geovane Borges e Antônio Nogueira tentaram o convencimento do eleitor a partir dessa aproximação.

Assim, as relações podem ser de reciprocidade e/ou de competição no contexto da política partidária em Santana, tendo em vista que as relações pessoais podem desempenhar um papel tão importante quanto à atividade coletiva, pois são superadas as questões de conflito de classe e profissão – como a origem do candidato e onde ele trabalhou antes de se tornar candidato. Independente da profissão ou da ideologia de partido, o santanense participou, de forma direta indo para a rua fazer campanha, ou de forma indireta, pintando o seu muro ou adesivando o carro com os “slogans” dos candidatos.

Mas como isso pôde acontecer? Na verdade, certas relações são fundadas na reciprocidade que são geradoras de obrigações entre pessoas e que são formadas nas campanhas eleitorais com vistas às relações institucionais. É preciso enfatizar que as relações nas repartições públicas passam a se tornar mais abertas, com o intuito de atender as necessidades dos eleitores, fossem elas econômicas ou infra – estruturais.

A primeira eleição no município de Santana ocorreu em 1988, tendo sido eleito como prefeito o candidato Rosemiro Rocha. Essa eleição serviu de instrumento para um grupo político ascender ao poder, mas também abriu espaço para o surgimento de outros grupos que, posteriormente, viriam crescer na opinião pública e com isto contribuíram para acirrar as disputas eleitorais no município. Similar a toda cidade de pequenas dimensões, a formação política e administrativa de Santana possui as suas peculiaridades caracterizadas pela referência à família e a um político em ascensão.

Neste sentido, incorpora-se a família do líder que faz uso dos meios de comunicação, de acordo com suas perspectivas políticas e de poder, projetando as suas intenções. Entretanto, na maioria das vezes, a política partidária não é um tema que faça parte do cotidiano das pessoas de um modo geral, exceção para um pequeno grupo que participa das prévias partidárias ou que tem filiação política e apoia o sujeito que se apresenta como liderança. Quando chega o período das eleições, alguns eleitores e os mais engajados nas campanhas defendem posições políticas e, a partir do momento em que esta não está em pauta, apenas são mencionados os interesses individuais. Irllys Barreira (1998:47) aborda essa questão da seguinte forma;

“Em tal contexto, destaca-se a cobrança feita aos eleitores efetivos e potenciais, posto na função de adeptos de uma “causa familiar” que transcende o caráter eleitoral, percorrendo a definição de fidelidades morais e políticas. (...) Registra-se nesse momento a emergência de facções políticas no cenário público, apontando o modo como os conflitos familiares, depois de radicalizados, explicitam-se em tempos de campanha eleitoral, mobilizando valores criados no mundo do parentesco e transferidos no tempo da política.”

Neste caso as veias de disputa estão abertas às propostas das facções políticas, que possuem como base a troca de interesses, na qual a via de acesso é o voto. A partir das eleições de 1988, houve a formação de grupos políticos em Santana, sendo que cada grupo com seus interesses – como a família Rocha, a família Borges ou a Ramalho – o que muitas vezes são convergentes com uns grupos e divergentes com outros. Esta foi, e continua sendo, a dinâmica que dá origem às alianças ou grupos totalmente opostos na “bandeira” de interesses. Segundo Marcus Figueiredo (2008: 20), “para a tradição economicista, a participação política é função de bem estar dos indivíduos ou grupos. Para essa linha de investigação, a relação entre indivíduo e a política se dá por meio da economia”. É importante ressaltar que o fator econômico não se restringe ao período das eleições, podendo se transformar em um potencial político que é ainda mais acionado no período da campanha política.

Em 1988, pelo fato de os grupos políticos consolidados no que diz respeito à relação eleitor-candidato, foi notado por meio de pesquisa, uma margem de votos muito grande ao vencedor com uma margem de 44% dos votos válidos. A história de parte dos candidatos à prefeitura de Santana – sejam eles, Rosemiro, Geovane ou Nogueira, de acordo com as entrevistas – por se identificar com a de várias pessoas residentes no município de Santana, pois resumidamente foram migrantes ou de origem local que

conseguiram uma melhoria de vida – no caso dos três citados vereadores, deputados e após prefeito representando Santana. Deste modo, foi evidenciada a consolidação política e o que é mais significativo quanto ser candidato à prefeitura de Santana é ter experiência no campo da política, demonstrando a ligação do estado e dos municípios.

Então o comportamento político é função do ambiente social no qual ocorre a formação política ao longo do tempo, e os atores que dela fazem parte. Sendo assim, “(...) o enunciado básico desta teoria tem a seguinte formulação: indivíduos semelhantes do ponto de vista social (...) tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independentemente dos contextos políticos” (BARREIRA, 1998:26). Mas como esta teoria pode ser associada à questão histórica da política santanense? O que se evidenciou com o crescimento urbanístico da cidade de Santana foi que a questão migratória é uma realidade ainda latente no campo de pesquisa, portanto, assumindo origens diferenciadas, de estados diferenciados, tendenciam ao voto em direções iguais ou semelhantes; e que em muitas das vezes é caracterizado pelo abuso de poder econômico³, devido às grandes demandas encontradas com diferentes objetivos, mas que são semelhantes na forma de obtenção destes.

Nas eleições de 1992, os habitantes santanenses conheceram outros grupos políticos que vieram “engrossar” as disputas neste campo, pelo fato de no município encontrar-se uma variada gama de migrantes oriundos do nordeste brasileiro ou mesmo de regiões adjacentes ao estado do Amapá, especialmente do Pará, tendo como porta de entrada o município portuário do estado. Santana cresceu rapidamente pelo fato de ter terrenos economicamente viáveis e que serviam de cidades dormitório – os santanenses habitavam em Santana, mas trabalhavam em Macapá – em relação ao centro comercial da capital ou o subemprego no porto da cidade de Santana, pelo fato deste ter um grande contingente comercial com as ilhas do Pará. Como se pode notar, são várias as situações que se tornaram positivas a eleição de um candidato que tivesse como ascendente – avós, pais – um migrante. O que se pôde detectar, através das análises de documentos da época e de entrevistas realizadas, foi que com um processo de crescimento populacional

3 – De acordo com o dicionário de direito eleitoral brasileiro Abuso de poder econômico caracteriza-se pela utilização de dinheiro, em época de eleições, com o intuito de “fabricar” resultados eleitorais, conforme a vontade dos detentores desta espécie de poder.

que houve um favorecimento aos candidatos de origens migratórias que com as forças do grande contingente já encontrado no município, a partir das alianças efetuadas entre esses migrantes as candidaturas vieram a ser consolidadas.

De acordo com a história do município, essas demandas – em suas maiorias econômicas – deveriam ser atendidas, pelo menos potencialmente, e corporificadas, por meio de um candidato que, por sua vez, é filho de imigrantes oriundos do Maranhão. No ano de 1992 foi eleito prefeito do município de Santana, que foi Rosemiro Rocha, com uma eleição bastante acirrada, de forma que a diferença para o segundo colocado foi de apenas 542 votos. A família Borges não se limitou a uma representatividade política no estado do Amapá, como Geovane Pinheiro Borges. Esta se consolidou na política do estado, através da inserção de outros membros, através de seus irmãos Gilvan Borges (Deputado Federal e atualmente Senador) e Ronaldo Borges (exerceu o cargo de Vice-Governador no período entre 1991 a 1994). Hoje a família Borges possui representatividade que foi constituída no campo da política santanense, mas também no estado do Amapá como um todo.

Os trabalhadores do período de governo de Geovane Borges efetuavam uma espécie de troca de favores que não se limitou ao período da política, mas que foi além. A iniciativa denominada “as portas abertas para o público”, levada a efeito na gestão de Geovane na prefeitura entre 1992 e 1996, segundo alguns entrevistados, se caracterizava pelo fato de o público santanense ter mais fácil acesso às repartições da prefeitura de Santana naquela época. Até hoje essa iniciativa gera comentários positivos de funcionários, quando comparada com outras gestões.

“Hoje a prefeitura nem se compara a do passado. No tempo do Geovane Borges, as portas da prefeitura ficavam abertas e ele atendia os ricos e principalmente aos pobres” (Geovane Flexa, ex – funcionário da prefeitura na gestão Borges, 21 de agosto de 2008).

Por meio da análise histórica das eleições na cidade de Santana percebe-se que os grupos passaram a ter participação mais estreita na política local, na medida em que esta deixou de ser alheia e que as reivindicações dos eleitores passaram a ser atendidas de forma direta ou mesmo indiretamente. Os dados coletados exemplificam como os discursos não mais se limitaram aos palanques, mas sim buscaram atender as reivindicações por meio de favores que não se restringem ao período das eleições.

Contudo, vão além desse período se configurando e legitimando nas relações diárias do município.

Desta forma percebe-se que os comportamentos políticos são constituintes de processos que envolvem as mais diversificadas dimensões da vida social. O que aconteceu foi que os irmãos Pinheiro Borges foram nascidos no Amapá, e assim suas demandas – fossem migrante ou mesmos santanenses – se identificaram com o candidato da família Borges. A política santanense, neste sentido, se vinculou à história do desenvolvimento de agentes do município que se apresentaram no contexto de uma tradição onde a família emerge como valor ideológico, como a família Pinheiro Borges que teve como agentes não só Geovane Borges, mas ainda Gilvan Borges o que trouxe como consequências uma maior exposição aos meios de comunicação – pois a família detém emissoras de televisão e rádio no estado – para que esses pudessem divulgar as suas iniciativas para o conhecimento da população santanense.

De acordo com Irllys Barreira;

“Registra-se neste momento a emergência de facções políticas no cenário público, apontando (...) de forma como explicitam-se em tempos de campanhas eleitorais, mobilizando valores criados no mundo do parentesco e transferidos no mundo da política” (1998: 97).

Neste sentido, foi possível perceber a divisão que a política pode produzir no município santanense e o modo de como a sociedade se agrupa em seu cotidiano. Pois no ambiente eleitoral parte dos eleitores aderem a um projeto político fundado em candidatos nascidos no estado – não importando o local de nascimento no estado – respaldado por outros políticos ou pela própria família, a um migrante, ou a um projeto local que advém de uma pessoa do próprio município.

São formados objetivos que podem ser conflitantes, e que colocam as demandas dos eleitores em forma de fidelidades a um candidato, que por sua vez, vivencia as demais convergências – alianças – ou divergências que este processo pode ocasionar.

A partir de três eleições, a política entre a população de Santana tem sido objeto de comentários exacerbados e que paralelamente acirravam as disputas em nível local, de forma que as campanhas tornaram-se mais intensas.

As disputas ganham ações nas ruas através do aparato tecnológico, assim como por meio de carreatas, “showmícios” e outras atrações artísticas que puderam viabilizar a vinda do povo para que os candidatos pudessem explicar as suas idéias à apreciação dos eleitores. O caráter “festivo” da política e as disputas de fidelidades que são marcadas por esse período, acirraram as disputas e as relações entre os políticos e os eleitores. Márcio Goldman (2006, p. 48) afirma que quanto mais acirrada a disputa mais festiva a eleição. Entretanto, quando o político faz campanha utilizando o mecanismo das festas ele produz adversários, devido o aumento das festas serem proporcional à exacerbação de propostas de governo e pelo fato de essas propostas serem veiculadas de maneira mais intensa pelos seus seguidores e isto provoca um descontentamento entre as partes, gerando assim, em maneira potencial; um confronto. No entanto, não foi só festividade que produziu o acirramento do processo eleitoral; ela também, muitas das vezes, produziu confrontos com grande violência. De maneira indireta, os acirramentos das eleições geraram maior apoio a um candidato neste espaço de tempo ou após ele.

Ainda, a partir da disputa, a arregimentação dos votos no período entre eleições foi o demonstrativo do resultado que teve como consequência a consolidação dos grupos políticos no município de Santana. Diante de uma eleição acirrada, Rosemiro Rocha conseguiu se eleger diante dos concorrentes por pequena margem de votos de diferença. De acordo com os resultados das eleições de 2000 foram obtidos: Rosemiro obteve 29,70% dos votos, em quanto que Judas Tadeu conseguiu 25,29% e Geovane Borges 12,90%, enquanto que os 32,11% foram distribuídos entre três candidatos que foram Jardel Nunes, Sidney de Melo e Paulo Gomes da Costa.

Como já citamos anteriormente, mas é preciso que seja ratificada, a disputa foi acirrada nessa eleição e demonstrou a consolidação de grupos políticos com as bases que foram feitas no passado não tão distante, mas que foi necessário para o início de identificação das parcelas dos eleitores santanenses que no passado vivenciava uma política quase que estritamente ligada à capital Macapá, de forma que o atendimento de interesses eram efetuados a atores que tinham influências nos bairros ou comunidades. Com a mudança – Santana chegou a se tornar município – o comportamento eleitoral

dos moradores do centro e do subúrbio foi mudando. Assim estes “passam a ter vozes reivindicatórias” na tentativa de atender aos seus objetivos – principalmente de emprego e renda. Anteriormente havia uma participação do santanense no período da política, mas esta estava vinculada ao paternalismo político⁴ local.

As relações entre candidatos e eleitores aconteceram a partir deste período e podem ser encontradas, algumas, até hoje. Pessoas que possuíam, ou ainda possuem, maior efetividade com o público santanense, como presidente de bairros ou associações. O que se notou foi que os futuros candidatos a prefeito do município procuraram efetuar alianças com estas pessoas, que por sua vez, tinham contato quase que cotidiano com as variadas classes santanenses. Esta atitude fez com que houvesse uma ajuda mútua entre a aliança partidária – que alicerçava a candidatura de algum concorrente à prefeitura de Santana – e o presidente de associação ou de bairro. O primeiro – candidato ou prefeito – na maioria das vezes ajudava o segundo – pessoa bastante conhecida e respeitada no bairro – a se candidatar a conselheiro tutelar e conseguir ser eleito. Desta forma, há uma retribuição “cíclica”, pois o político ajuda o morador do bairro a se tornar presidente da associação do bairro ou conselheiro tutelar. A partir do momento em que isso acontecia o antigo morador passava a “desfraldar” e defender os ideais políticos de seu “padrinho” influenciado e arregimentando a maior quantidade de votos possíveis em sua localidade.

Como bem se notou isso não se restringe ao período da campanha política, pois há uma continuação deste processo no período pós-eleição, no sentido de haver um sistema de trocas ou de favorecimento dos dois lados, ou seja, há um prolongamento da campanha e defesa do voto por parte dos eleitores e candidatos ou ao contrário (protecionismo), assim como persiste o sistema de benefícios que abrem concessões para ambos os lados da mesma forma como abordei no exemplo citado acima.

Assim, para entender as relações de trocas, faz-se necessário entender e conhecer o seu contexto social e político, ou seja, como e onde esses eleitores vivem. Além da defesa do voto individual, perceberam-se também os motivos que levam a coletividade santanense à participação deste processo, pois há benefícios, de acordo com as entrevistas de ambos os lados. Na verdade não é uma explicação somente política, pois

4 – De acordo com Besalviel Rodrigues, “paternalismo político” está relacionado com a questão do assistencialismo político – social.

possui uma complementação de um em relação ao outro. Para que se possa entender o sentido destas supostas trocas, se faz necessário efetuar a verificação das alianças e os interesses que elas proporcionam.

Posteriormente, se pode notar a emergência de novos grupos políticos que vão atender a diferentes grupos eleitorais de acordo com a identidade e as suas necessidades.

3.3 - Formações dos grupos políticos e os seus atores.

Dentre os grupos políticos santanenses observou-se o aparecimento de pessoas adjacentes, mas não fora desse processo. É o caso de atores que emergiram no município, usando a política como uma forma de projeção não só municipal mas estadual. Eram considerados “pequenos”, mas que viriam a se fortalecer a partir do envolvimento nas campanhas eleitorais.

Assim, no início da campanha junto da projeção do futuro candidato, que na maioria das vezes a votação é concentrada em uma só zona, trata-se das pessoas que sublinham a sua presença (participação em obras no bairro, através da fiscalização, e podem se apresentar como quem entende os problemas daquela região). Cláudia Fonseca analisa esse processo da seguinte forma:

“(…) uma ampliação do campo de análise que estende o “político” a uma multiplicidade de áreas de comportamento; uma reintrodução de dimensões sociológicas que levem em consideração as relações pessoais e as posições sociais dos sujeitos (dos eleitores assim como dos candidatos, e cabos eleitorais) e, finalmente a desnaturalização de noções como “voto”, “eleição” e “democracia”, a fim de ressaltar a dinâmica de processos que divergem de modelos “ideais” (FONSECA, 1996:140).

Alguns casos, dentro da política, não poderiam deixar de ser citados pelo fato de serem atualmente consolidados ou que perduraram durante certo tempo no poder público. Pode-se notar que são, na maioria das vezes, afastadas as questões da macro política, pelo fato desse ramo – na maioria das vezes voltadas às questões institucionais – possuir argumentos já gastos como “definição” de política, corrupção ou democracia.

Hoje em dia fazem parte da política do estado do Amapá grupos familiares como a família Rocha, Borges, Nogueira ou a família Ramalho. Como a maioria dos habitantes do município de Santana, estes grupos familiares procuravam melhoria na habitação, muita das vezes de tratamento médico ou mesmo de tentar um emprego com os benefícios cedidos pelo Estado com as leis trabalhistas do período getulista.

i) Rosemiro Rocha

A história de Rosemiro Rocha é semelhante com a de várias pessoas residentes no município de Santana, pois originariamente é migrante do município de Gurupá (Estado do Pará). Ao chegar a Santana trabalhou como açougueiro e a partir dessa atividade entrou para o “mundo da política”, exercendo as funções eletivas de vereador, deputado estadual e prefeito do município de Santana.

Rosemiro Rocha foi o primeiro prefeito eleito em Santana (na primeira eleição de 1988), e a partir daí começou a alicerçar suas bases políticas no município e no Estado. O mesmo teve uma passagem na política anteriormente como deputado estadual, período em que Santana era distrito do município de Macapá. Essa relação entre as esferas dá alusão de que pelo fato de já ser conhecedor dos trâmites burocráticos, esferas federal, estadual e municipal, deram a Rosemiro Rocha experiência política suficiente, na análise de seus seguidores, para que este pudesse tramitar nestas esferas para que, evidentemente, possibilitasse a “chegada” às autoridades da região e assim tornar público esses contatos, demonstrando força e influência política. A sua trajetória no município de Santana lhe proporcionou “bons frutos”, com dois filhos que também atuam na política do Estado e do município: a filha Mira Rocha é deputada estadual (reeleita para o terceiro mandato) e seu filho Robson Rocha é vereador no município.

Oriundos do município de Gurupá, mais especificamente do Juburú dos Alegres, a família Rocha “cortou” as águas do Rio Amazonas no barco denominado “Vencedora” em busca dos destinos que o futuro município de Santana poderia lhes proporcionar. Como afirmei anteriormente, a maioria dos imigrantes dependiam do processo informal; ou eram filhos de grandes comerciantes de municípios do Pará que eram adjacentes ao Estado do Amapá – como Afuá, Breves, Gurupá – traziam seus

filhos para estudar no Território Federal do Amapá, de forma que a região portuária (Santana) era a sua primeira parada.

Os migrantes tinham, em suas atividades econômicas, um maior contato com os munícipes, e desta forma, “alicerçaram” uma ainda ascendente liderança que veio a se legitimar por meio do conhecimento de vários habitantes, principalmente do bairro da Vila Maia – atualmente Bairro central – localizado no centro da cidade. Esse processo veio a ser mais evidente quando, primeiramente, ele veio a ser vereador quando o município ainda era distrito da capital. Após este acontecido, os habitantes do município o elegeram deputado estadual no ano de 1998, uma forma de buscar representação política nas decisões em âmbito do estado. Esse feito não foi conseguido apenas pelo pela pessoa de Rosemiro Rocha, evidentemente, por meio de alianças com políticos da capital Macapá que visavam à conquista de eleitores em Santana. De acordo com os relatos colhidos, Rosemiro Rocha chegou à vitória com o apoio de uma pessoa bastante conhecida que tinha influência na política em âmbito estadual. De acordo com Moacir Palmeira (1992: 31) às vezes há também a transmissão de “capital político⁵” que acontece a partir do momento em que alguma personalidade política ou mesmo artística, declara estar apoiando certo candidato; isso reveste a candidatura que pode conquistar mais votos e acirrar ainda mais as eleições. Foi o apoio de um político, declarado anteriormente à campanha política, que fez com que o prestígio político de Rosemiro crescesse em Santana.

A partir de sua primeira candidatura obteve apoio do então governador do Amapá, que por sua vez, efetuava uma política que tinha como características o comentário popular: “Ele rouba, mas faz”. O que na verdade aconteceu foi que o governador subiu ao palanque para arregimentar os votos para o seu “apadrinhado” político. Com uma política de distribuição de cestas básicas ou de ajuda financeira na compra de remédios, Rosemiro Rocha chamava a população santanense. Algumas pessoas que participaram na elaboração e execução de planos de execução na campanha política – seus militantes e coordenadores de campanha – no estado do Amapá

5 – Segundo Pierre Bourdieu (1980, p.203-204, apud Miguel 2003), o capital político estende a uma espécie de crédito social que um determinado personagem político adquire com o eleitorado, uma forma de reconhecimento.

afirmavam que este festival de apadrinhamentos dentro da política gerava transtorno para o próprio candidato, pois onde ele chegava estava rodeado de militantes ou de pessoas com receitas médicas ou notas de compras de material de construção, entre outros.

Este candidato teve auxílio direto de sua família para “crescer” na política local. Bala Rocha, primo de Rosemiro, veio para estudar no estado do Amapá. Após o término do ensino básico, Sebastião Bala Rocha voltou ao estado do Pará, a partir deste momento para estudar medicina na Universidade Federal do Pará. A forma de arregimentação de votos e a história dos primos possuem semelhanças, assim como os contatos que buscavam o mesmo fim – a eleição.

Como se pode perceber, as histórias de vida foram de forma indireta refletidas nas urnas, porque assim como Rosemiro conseguiu uma trajetória no campo da política santanense, e, por conseguinte, estadual, Sebastião Rocha – “o Bala” – conseguiu um feito semelhante. As arregimentações de votos foram feitas de maneira semelhante, no entanto, as maneiras de como elas vieram a ser desenvolvidas foram de maneira diferente. Rosemiro Rocha Freires sempre teve “as portas de seu lar abertas” aos seguimentos sociais, de acordo com suas reivindicações com este ato ele enfraquecia de maneira quase que imperceptível as críticas da oposição. Enquanto que Sebastião Rocha facilitava os acessos aos estabelecimentos de saúde pública – hospitais, postos médicos santanenses – e assim, a partir do “atropelamento da burocracia” destas instituições a relação entre o médico e o paciente dava idéia de dívida do paciente para com o médico. A oposição tecia críticas, ao favorecimento que os pacientes de Bala Rocha recebiam, devido a família Rocha fazer uma política “do pão e do circo”, ou a acusação de compra de votos. No entanto, a prática fisiológica proporcionou à família Rocha uma maior aproximação ao povo santanense que outrora estava vinculada à capital, Macapá. O tempo se passou e, conseqüentemente, as reivindicações foram ampliadas de forma proporcional ao crescimento futuro do município. Em meio às invenções e reinvenções da política no município de Santana, estão às histórias de migrantes ou mesmo de nativos desta região.

Não contente com a realidade em que vivia, sejam os originários ou o migrante, a população de Santana viu e vê na política um meio de aumentar o nível de

oportunidades para melhoria de vida pegando uma carona com os grupos políticos e suas lideranças.

ii) Geovane Borges

Geovane Pinheiro Borges nasceu em 16 de maio de 1953 em Mazagão. Filho de Miguel Pinheiro Borges e Cícera Pinheiro Borges conseguiu a sua formação em Ciências Contábeis em Brasília. Casou-se com Jucileide Borges e é pai de três filhos. Este personagem da política iniciou o seu trajeto quando foi eleito vereador de Macapá, em 1977. Em 1982 foi eleito deputado federal pelo Estado do Amapá, sendo reeleito para o cargo em 1986. Assim, se tornou deputado federal constituinte pelo Estado do Amapá, no período de 1987 a 1991.

O contato deste personagem com a política santanense tem o seu início em 1993 quando foi eleito prefeito de Santana. A sua eleição, segundo alguns moradores do município, aconteceu devido se tratar de Geovane fazer parte da família Borges. Devido a influencia familiar na política, este candidato teve passagens em alguns órgãos públicos na esfera estadual como Comissão de Agricultura e Política Rural, Comissão do Interior. Este cargo e conseqüentemente o de vereador de Macapá, fez com que Geovane se tornasse uma pessoa mais conhecida, e assim passasse a fazer parte da vida política dos santanenses, tendo em vista, os meios de comunicação veicularem, quase que constantemente em noticiários, reportagens que abordavam as atuações deste candidato.

A família Borges, assim como a maioria dos migrantes residentes no município de Santana, veio com intenções semelhantes, que era melhoria de vida. Com as possibilidades encontradas, a família Borges pôde direcionar os seus filhos na política por meio de uma boa educação, de forma que Geovane e, posteriormente, Gilvan destacaram-se dentro do campo político santanense.

iii) Antônio Nogueira

Nascido no dia 28 de abril de 1971 no município de Santana, Antônio Nogueira iniciou a sua carreira política atuando no movimento estudantil, sendo presidente do Grêmio Estudantil Barroso Tostes – escola situada no Bairro Central do município de Santana. Nogueira foi ainda vice-presidente da UECSA (União dos Estudantes do

Curso Secundarista do Amapá), aproximadamente em 1991, e presidente do Centro Acadêmico do curso de Letras da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP aproximadamente em 1994. O que se pode notar foi que desde o início da trajetória política de Nogueira, foi que este esteve ligado a movimentos de cunho popular, e que poderiam arregimentar um maior apoio pelo fato do reflexo que isso poderia causar perante o eleitorado santanense.

Em 1992, Antônio Nogueira tentou a sua primeira eleição, como candidato a vereador. Sua votação foi considerada expressiva, tendo em vista ainda ser pouco conhecido. Mais tarde, nas eleições de 1996, Nogueira liderou a primeira campanha para eleger um candidato do PT em Santana, sendo o 3º mais votado. Sua gestão se destacou por adotar projetos de grande alcance social no município no biênio de 1997/1998. Antônio Nogueira já tinha como terminamos de ver, um contato frequente com os movimentos sociais do município, além disso, podemos destacar o cargo de professor de língua portuguesa nas escolas Joanira Del Castillo (1993/1994) e Barroso Tostes (1995/1996), ainda exerceu atividades na 1º Vara Cível da Comarca de Santana – AP.

Junto do processo dinâmico que a sociedade proporciona, é percebida a renovação e inovação de propostas eleitorais. José Antônio Nogueira de Souza, mais conhecido pelo sobrenome Nogueira, se fez presente em meio esta conjuntura da política do município de Santana. Quando nas eleições de 1996, tinha 26 anos, liderou uma campanha jovem bastante empolgante, e assim foi o primeiro parlamentar eleito do PT na história legislativa do município de Santana. Nogueira se destacou pelo fato de seus projetos terem grandes alcances sociais, como o orçamento participativo.

Além de ter sido vereador, Antônio Nogueira foi professor de língua portuguesa, com formação em letras na Universidade Federal do Amapá. Este maior contato com a população santanense pode ter sido a mola propulsora para lograr êxito em sua trajetória política. Apesar de uma carreira recente ele chegou à prefeitura de Santana em 2004, após quatro anos, conseguiu se reeleger ao cargo de prefeito da cidade, ou seja, as duas eleições em sequência puderam demonstrar a força deste ator social na política santanense. Contudo, é necessário buscar, de uma forma mais aprofundada, as evidências que proporcionaram o surgimento deste grupo político em Santana.

Antônio Nogueira deu início a militância política junto de Roseli Matos. Ambos foram professores. Entretanto, além desta profissão, Nogueira era servidor da justiça, mais precisamente eventuarário na comarca de Santana. A partir de suas formações deu-se início a um processo de marginalização da administração daquele momento. De acordo com os relatos da vereadora Roseli Matos;

“Naquele momento, em 2004, em que houve “a nossa junção” para tentar ganharmos a eleição, é que Havia um grande clamor por mudança dentro do município, porque até então era administrado por um grupo político e que nós fazíamos uma avaliação desta administração de uma forma bem péssima. E também pelo fato de sermos jovens e protetores dos cidadãos santanenses e de estar na política a pouco tempo, estávamos na necessidade mostrar que os filhos de Santana também podem mudar, tanto eu quanto ele. Nas eleições de 2004, quem ganhava era a gestão eu estava no poder, então eu tive uma gesto muito nobre e que poucos políticos têm; abri mão de minha candidatura para apoiar Nogueira, não só abri mão, mas apostei em sua candidatura, porque eu queria o bem da minha cidade (Entrevista realizada no dia 02 de junho de 2008).”

Na verdade, a escolha de outros candidatos ou do mesmo candidato, que é o caso da reeleição, se justifica pelo fato de que as demandas eleitorais estão em meio a um processo de busca, ou conseguiram e querem dar continuidade às conquistas; que por sua vez, podem acontecer por meio de dádivas pré e pós-eleições para que diminua a invisibilidade dos atores sociais nas eleições que se mesclam em candidatos e eleitores.

Para Nara Magalhães (1998:140), a política deve ser encarada como representação pelo discurso. Assim, é importante “captar o que as pessoas dizem e fazem com ela, (...) o significado que lhe atribuem”. Esta visão se assemelha à reeleição de Antônio Nogueira, pois o que se ouvia nas entrevistas eram os seguintes pronunciamentos como “(...) ele precisa continuar para terminar as obras.” Ou “(...) O prefeito precisa de mais uma eleição para terminar o que o prefeito anterior nem começou.”

O voto pode acontecer de acordo, como já foi afirmado anteriormente, com o atendimento as demandas econômicas sociais. E assim, os apelos políticos atendem aos anseios, principalmente econômicos do eleitorado. O voto em determinado candidato ou legenda política é uma forma de assegurar um benefício ou o estabelecimento deste para

uma ou mais pessoas. Da mesma forma, o processo de escolha de futuras “equipes” ou partidos governantes é regido pela comparação que cada eleitor faz dos benefícios a serem obtidos. As abstenções de origens diversas podem acontecer de ordem natural, de fundo social e econômico, ou mesmo em razão do analfabetismo e de ordem migratória. Percebem-se as questões de abstenção por situações particulares de conflitos de grupo, os quais apresentam objetivos diferentes, ou por razões outras com proporções políticas.

3.4- Outros atores na política santanense.

Em meio às disputas políticas emergem atores que “passam” a sua influência para seus parentes, como é o caso da família Ramalho, na figura do patriarca Félix Ramalho, que foi deputado estadual e vice – prefeito no governo de Tadeu Medeiros, quando este foi prefeito do Santana. Assim como a história de outros sujeitos da política santanense, Félix Ramalho é migrante da região de Santarém-PA.. Formado no curso de Direito, possui também o curso superior em letras. Antes de chegar ao município de Santana, Félix teve várias experiências em outros municípios paraenses, como a de professor.

Quando de sua chegada ao estado do Amapá, Félix se instalou em Macapá, como assistente jurídico do governo federal e atuava no DASP (Departamento de Assistência ao Servidor Público), professor em vários colégios públicos. Seu ingresso na política partidária acontece só no ano de 1982, quando se elegeu a vereador por Macapá. Já na década de 1990 ele se elegeu deputado constituinte pelo PMDB, sendo presidente da comissão de justiça e redação. Ainda na década de 1990, Félix declara para o Brasil e o mundo a implantação do novo Amapá. O que se pode notar com as sondagens, foi que esta pessoa envolvida na política abriu espaço de forma verticalizada e conquistou espaço de prestígio em meio aos munícipes santanenses.

Com o passar dos tempos o patriarca deixou o legado político ao filho Diogo de Souza Ramalho. Como é natural no município de Santana, “É nesse contexto que os parlamentares são frequentemente apresentados como um “elo” de ligação das

lideranças locais com o governo estadual e federal” (BEZERRA, Apud PALMEIRA 1996:179).

Este novo sujeito da política santanense começou como presidente do grupo de jovens do porto de Santana. Com o incentivo do pai, entrou na política no período de 1986 a 1987, tendo como doutrina política o PMDB, e nas eleições de 1988 foi eleito vereador conseguindo uma grande margem de votos. Teve três mandatos consecutivos que foram de 1988 a 1998. Entretanto, somando todos os seus mandatos chega-se a soma de cinco. Em meio às mudanças ocasionadas pelo processo de redemocratização brasileira, o município de Santana experimenta tal mudança elegendo e reelegendo “novos” legisladores no contexto político administrativo santanense. Para KUSCHINIR (2007:35), “(...) o papel social dos vereadores está, em muitos casos, diretamente vinculados à sua capacidade de mediar trocas entre diferentes níveis de sociedade que são também diferentes níveis de cultura, com códigos e valores distintos.” O voto é o meio pelo qual existe o elo entre a mudança dos governantes e o fim desejado (econômico, político, administrativo) essa é a força motriz que gera a função utilidade. Assim;

“Se o desempenho do partido for “satisfatório” de acordo com algum padrão simples, os eleitores votam para mantê-lo no governo permitindo que continuem implementando suas políticas; se o desempenho for considerado “não – satisfatório” os eleitores votam contra o partido situacionista ,dando uma chance aos partidos oposicionistas” (KRAMER, 1971, Apud FIGUEIREDO. P. 81).

Então os apelos aos partidos oposicionistas crescem inversamente com o grau de satisfação do eleitorado com os atuais governadores. Assim os sentimentos de satisfação e de oposição são semelhantes, mas de sentido contrário, pois agem de acordo com a aprovação do candidato – reeleição – ou reprovação – quando não “volta” à legislatura.

Outra pessoa relacionada com a política santanense que marcou durante um período de constituição político administrativa foi o médico Judas Tadeu. Este ex - prefeito do município de Santana teve uma ascensão rápida em meio às formações de um grupo político que posteriormente viriam a se consolidar no município de Santana.

Judas Tadeu optou pela medicina como profissão, a partir das análises efetuadas, notou-se uma grande gama de médicos no Estado do Amapá, veio a se tornar políticos de “carreira”, pois como exemplo, podemos citar Papaléo Paes, Manoel Brasil de Paula Filho ou Doutor Brasil, Jacy Amanajás e outros vários que no estado do Amapá escolheram este caminho. Possivelmente a escolha pela política foi norteadada pelo contato mais direto em estabelecimentos públicos. Assim, houve mais contatos com os presidentes de associações e presidentes de bairro, essas foram às principais “bases” políticas que fizeram os médicos também participarem do pleito político.

Judas Tadeu ingressou na política em 1989 como candidato a prefeitura de Macapá. De acordo com as análises deste período, observou-se esta primeira fase como um “processo de lançamento” de Tadeu para a política de Santana. Judas Tadeu imediatamente formou um grupo político para dar sustentação às suas propensões para iniciar e consolidar uma carreira política no município.

Só em 1996 Judas concorreu à prefeitura de Santana. Uma grande mobilização foi notada graças ao trabalho comunitário que este político realizou como médico. Recebeu apoio do então governador do Amapá, João Alberto Capibaribe. Assim, torna-se notável a arregimentação de votos como o uso de um político já bastante conhecido no campo das disputas eleitorais. O que se pode notar é a transmissão de influência política de um candidato para a campanha de outro. A partir do momento em que é demonstrado apoio de um político conhecido dos eleitores ao candidato, que “sobe no palanque” e, conseqüentemente, arregimenta votos no período das eleições.

Após a candidatura à prefeitura da capital Macapá em 1989, e em 1990 candidatou-se a deputado estadual e ficou como segundo suplente na eleição. Já nas eleições de 1996, conseguiu chegar ao posto do executivo municipal santanense.

4 - AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008 EM SANTANA

4.1. Antecedentes.

A política no município de Santana apresentou as suas particularidades no período anterior e posterior à campanha, em virtude da utilização das diferentes estratégias de “fazer política”, sobretudo nas formas de articulação para a conquista do voto e as ligações estabelecidas entre candidato e eleitor. Esta política tem como característica principal o atendimento a favores pessoais dos eleitores, característica de uma política calcada no assistencialismo.

No presente capítulo faço uma abordagem sistemática do processo eleitoral no município de Santana, a campanha de cada candidato e suas estratégias políticas na arregimentação de votos. Através da abordagem da antropologia da política descrevo os eventos e ações das campanhas políticas que impulsionaram o processo eleitoral e construíram as eleições daquele ano no município. Os fatos observados e que caracterizaram as estratégias dos candidatos na conquista dos eleitores são: reuniões, carretas, bicicleteatas e todas as ações que acompanharam os candidatos no período das eleições.

Foram acompanhadas de perto todos os eventos que aconteceram no período eleitoral no município, tendo assim todo o aparato midiático e mesmo administrativo que são adjacentes às coligações políticas e os respectivos candidatos. Foi através dos programas eleitorais veiculados nos meios de comunicação, especialmente na televisão, que os candidatos entram virtualmente na casa dos eleitores. “Em algum momento o eleitor estava exposto ao horário e pesquisas do Ibope – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – que revelam que o Horário Gratuito de propaganda eleitoral atinge audiência de 30% a 40%” (Haag, 2008:19).

Percebe-se que é a partir do momento em que a campanha eleitoral é realizada através do horário gratuito nos meios de comunicação que a população entra no clima e no ritmo da eleição, por meio dos comentários e de formas de adesão a um ou outro candidato, quando não rejeitando a todos. De acordo com minhas observações, a participação das pessoas não se resume ao momento de votar, pois se percebe rotineiramente as relações entre o político e o eleitor no “tempo da política” e após.

Neste capítulo desenvolverei uma etnografia do processo eleitoral de 2008 no município de Santana, com ênfase nas campanhas dos candidatos. Procuo descrever e analisar as estratégias de divulgação das plataformas políticas, a relação dos candidatos com os eleitores, especialmente na busca e conquista de votos, por intermédio das diferentes formas de viabilização da campanha de rua. Descrevo ainda a política praticada nos bairros, mais próximo aos eleitores, principalmente no período que antecede as eleições. Além da perspectiva micro espacial focada nos bairros, analiso ainda como a política se desenvolveu no município de uma maneira geral, durante e após o período das eleições municipais em Santana.

4.2. Campanhas, candidatos e eleitores.

Para se obter uma análise mais aprofundada dos candidatos e sua relação com o eleitorado no município de Santana, foi necessário acompanhar como os candidatos elaboraram e defenderam as suas propostas, e, por conseguinte, a viabilização de cada um no campo da política no município santanense.

A campanha de Antônio Nogueira

Os contatos com o público em suas áreas de trabalho já citadas deram a Antônio Nogueira a “base” para, posteriormente, dar início a um projeto político. Primeiramente, sua atuação como presidente de Grêmio estudantil até se tornar o 3º vereador mais votado do município é uma crescente proporcional de que “quanto maior o cargo” mais eficiente, acessível e conhecido Nogueira se tornava. Ao se tornar deputado federal em 2002, Antônio Nogueira ganhou a confiança do eleitorado santanense, e com um maior foco, conseguiu em 2004 o cargo de gestor do município de Santana, e em 2008, tentava a reeleição na forma de evidenciar por meio da propaganda política a sua gestão.

No dia 24 de setembro de 2008, foi acompanhada a caminhada do candidato da coligação “Santana Não pode Parar” Antônio Nogueira. Quando alguns militantes foram questionados o porquê do voto neste candidato, a maioria dos eleitores afirmava que “as obras não podem parar, precisam ser concretizadas”. Ou então, percebeu-se a

flexibilidade das respostas em virtude da grande concentração de militantes, como “é pra continuar o trabalho em Santana e outras obras”. Quando comparado aos seus concorrentes ao pleito, tornou-se normal as pronúncias semelhantes “ele foi o único que teve coragem de melhorar a infraestrutura do município”, ou mesmo, “tudo melhorou”. Aqui o que se observou foi uma “camada de eleitores que possuem a média de idade de ,18 a 28 anos, salvo exceção os pais ou “cargos” administrativos da prefeitura, onde o seu gestor maior, prefeito, foi candidato a reeleição.

Foi notória a aliança deste candidato com expressões já conhecidas dentro do município, como donos de empreendimentos como Vicente Marques, presidente do PTN Duarte da Silva, Presidente do PR. Segundo Antônio Nogueira (PT), Santana demorou a “acordar.” A sociedade santanense deveria continuar as obras de melhoramento; para tanto seria necessária a continuidade da gestão do prefeito Nogueira. O voto no candidato foi definido como uma forma para evitar que os poderosos voltassem ao poder, relembrando governos passados. Para Nogueira e seus correligionários, os poderosos eram apontados como sendo os políticos que já haviam sido prefeitos no município, tais como Rosemiro Rocha, Giovane Borges (ambos candidatos em 2008), ou mesmo a família Ramalho.

Nogueira se apresentava ao eleitor com a perspectiva de continuidade de seu trabalho, mas com idéia de que, com um segundo mandato, poderia avançar muito na execução de obras no município. É neste sentido que podemos ver o trecho de seu discurso abaixo:

“Meus amigos de Santana não conseguimos fazer tudo que gostaríamos, mas fizemos tudo que era possível e para muitos até o impossível de ser feito. E com a sua ajuda, podemos chegar ainda mais longe, o que o povo de Santana merece e precisa” (Discurso realizado 08 de agosto de 2008).

Usando do capital político⁶ acumulado, sobretudo com mandatos como deputado federal e prefeito, Antônio Nogueira acentua sua posição se apresentando como executor de obras e relacionando-as ao progresso do município:

“(…) por meio das demonstrações de algumas obras, queremos dizer que Santana está em ritmo acelerado para o progresso, e é por isso que a gente não pode parar, temos projetos para serem executados neste momento. Esses sonhos serão alcançados por meio da participação da população santanense e que realizará um sonho, de transformar Santana no coração do

Amapá” (Discurso realizado no palanque do comício na Rua Ubaldo Figueira, 06 setembro de 2008).

Por meio das alianças políticas definidas no período da pré-campanha, diferentes presidentes de partidos sobem no palanque para arregimentar ou potencializar votos para Nogueira. O voto quando referendado por esses personagens demonstra que é preciso recorrer as lideranças políticas, e por meio destas alianças, há o objetivo de potencializar o envolvimento de partidos e lideranças, cabos eleitorais e simpatizantes para o *front* de campanha arregimentado votos para o executivo. Observe o discurso do presidente do PMN em Santana;

“Nós queremos fazer um convite a você: venha participar deste projeto, um projeto do povo, e este projeto se chama Antônio Nogueira. Sabe por quê? Santana não pode parar (João Gilberto “ABACATE” - presidente do PMN, Comitê de Campanha, 13 de julho de 2008).

Além do tema da continuidade administrativa e relacionando isso com a idéia de progresso, os discursos das lideranças políticas introduziram ainda dois outros temas: a questão da juventude do candidato (Nogueira tinha 37 anos de idade em 2008) e o fato do mesmo ser filho do município. Possivelmente eram aspectos apresentados como elementos que realçavam o sentido da oposição aos demais candidatos, que tinham mais idade e que não nasceram em Santana, apesar de morarem na cidade há muito tempo. Assim, votar em Antônio Nogueira seria dar mais uma oportunidade de gestão a um santanense, assumindo o compromisso de continuidade – e em relação á oposição peemedebistas um sentimento de xenofobia. “É importante ressaltar que o governo Nogueira é de Santana; é jovem e tem toda a força e toda a garra para trabalhar para poder melhorar a qualidade de vida da nossa população” (José Amiraldo - Presidente do PT em Santana).

O voto neste candidato se justifica, de acordo com os discursos, pelo fato do

6 – Verificar o conceito de capital político na página 46, nota 5.

melhoramento que este poderia proporcionar à cidade. Segundo Antônio Nogueira, os problemas foram muitos, mas destacava sempre em seus discursos a realização das obras:

“Apesar de muitos problemas que foram deixados para mim, vou tentar seguir em via de regra para que possamos entregar todas as obras no período determinado. A Prefeitura já está sendo inserida no PAC, por isso se torna necessário mais um mandato” (Extraído do DVD de campanha 2008).

Juntamente de seus aliados, Antônio Nogueira abordava desta forma as questões de relevância do voto em sua aliança partidária. Segundo ele, este voto poderia frutificar uma sociedade mais justa, mais organizada, de um povo mais solidário junto com a prefeitura, Santana pode se desenvolver em conjunto com o povo. “Nisso nós acreditamos; o prefeito Nogueira vai continuar o trabalho que começou e nós estamos juntos com ele para que isso aconteça” (Rubnei Monte, Presidente do PCdoB de Santana, 07 de setembro de 2008).

Segundo a sua base de governo as alianças efetivadas, em período de eleição, precisam ser analisadas com cuidado porque a confiança tem que ser atribuída em quem é daqui e não em quem vem de fora. Segundo a base política de Antônio Nogueira, elegendo pessoas daqui, podemos levar o nome de Santana para apreciação, porque esta é a cidade onde os políticos que precisam fazer a sua gestão são de Santana, podem trazer as “coisas para cá.” Esta proposta pode ser concretizada a partir da participação dos eleitores, de forma a atender ou não aos clamores políticos destes candidatos.

A campanha de Antônio Nogueira esteve no passado voltado ao processo de renovação política na cidade de Santana, porém, naquele ano a campanha política teve como “slogan” a pregação à continuidade político-administrativa desse candidato no executivo para efetuar o término das obras e dar continuidade aos programas sociais implantados durante seu mandato como prefeito, no período de 2004-2008, em parceria com o Governo do Estado ou com o Governo Federal. Esse pensamento pode vislumbrar no discurso abaixo:

“Quero dizer a você que estou realizando um sonho. Quando lutava no movimento estudantil, eu sonhava com um mundo novo, uma terra de justiça em que homens e mulheres pudessem viver com dignidade. Com o tempo descobri que “a gente” é menor do que pensa que não dá pra fazer tudo. Então se não dava para mudar o mundo todo, mas pelo menos eu pudesse dar a minha contribuição para mudar a minha cidade. Eu não cultivei outros sonhos não, eu não pensei em riqueza, porque isso eu não tinha e nem tenho. Não usei da prefeitura para me beneficiar pessoalmente. O meu sonho é ver Santana grande, uma cidade que o povo possa bater no peito e dizer que é daqui. (...) É por isso que eu peço para que você não permita que Santana pare, que você não entregue a nossa cidade na mão de qualquer um aventureiro. Quero pedir o seu voto, e com a bênção de Deus” (Discurso do candidato Antônio Nogueira, realizado no dia 18 de setembro de 2008).

A eleição ao cargo de prefeito do município foi o cenário para a emergência de uma infinidade de discursos, com a finalidade de atingir as mais diferenciadas camadas da sociedade santanense. Pelo que pude observar esses discursos tiveram efeitos práticos diversos nos sentimentos e estados psicológicos entre militantes, simpatizantes e eleitores, pois despertaram angústias, amizades e inimizades, provocadas por discursos inflamados nos diferentes locais do município de Santana.

A campanha de Geovane Borges

A partir de sua última gestão como prefeito de Santana, este político veio edificar o alicerce de sua influência política, pois já era conhecido dos eleitores santanenses por seus trabalhos efetuados no Estado do Amapá, e sua volta a prefeitura, segundo o próprio, seria a consolidação de um trabalho que teve o seu início em 1993, porém “agora” mais experiente e com uma base política mais forte. Assim, a adesão e formação de sua militância no município não demoraram.

Quando os eleitores de Geovane Borges foram questionados no dia primeiro de outubro de 2008, por que do voto no candidato da coligação União e Esperança, a resposta dos militantes afirmava que o candidato fazia a diferença pelo fato do mesmo já ter sido prefeito de Santana; este fato significava para eles a experiência do candidato, pois o mesmo estava preparado para o cargo.

Observou-se no caso desse candidato um retorno aos discursos de gestões anteriores, pois, segundo esses discursos, ele seria “a esperança do retorno ao período áureo da política santanense.” Estes e outros discursos relacionados à administração do candidato foram frequentes. A experiência político-administrativa era realçada, através do exercício de cargos de confiança, bem como a facilidade de ter feito parte do governo de Geovane Borges. “Na verdade, foi uma vitória de um imigrante que veio com a procura de melhorar de vida, assim como venceu em sua vida, venceu na vida política.”

Evidentemente que não há apenas um candidato ao cargo público – prefeito, vereadores, por exemplo. Neste sentido, foi possível identificar quem fazia parte da militância do candidato, os eleitores e simpatizantes. A política santanense traz em seu entorno uma relação que pode ser familiar ou comunitária. O voto teria uma conclusão individual, mas poderia, dependendo das metas alcançadas pelos eleitores, se transformar em apoio familiar ou mesmo comunitário.

Com a proximidade das eleições, os eleitores de Santana, junto dos candidatos tiveram ações de protagonistas em meio a disputa durante a campanha política, de forma que caminhadas, carreatas aconteciam de forma simultânea, atraindo contingentes significativos da população para a campanha de rua de cada candidato. Na medida em que as eleições se aproximavam, crescia o engajamento e a exaltação dos ânimos de militantes e simpatizantes dos candidatos.

“Quando a caminhada do candidato do PT se encontrou com a caminhada do PMDB, foi preciso a polícia fazer um cordão de isolamento” (Maria Lúcia, 26 anos, militante do PMDB, setembro de 2008).

Desta forma, os santanenses se familiarizam com as campanhas realizadas naquele ano no município, tomando gosto pelos candidatos e pela política. Às vezes o engajamento e, por conseguinte, a defesa dos candidatos levou militantes ao exagero através da utilização da força e da violência física. Evidentemente o significado do apoio a um candidato em campanha está corporificada no sentido deste apresentar as suas propostas de governo e o eleitorado as recebe e dá continuidade por meio do voto, criando uma espécie de diálogo entre candidato e eleitor.

Partindo da dádiva à questão da reciprocidade este é um processo que pode se tornar cíclico que, de acordo com os eleitores pode ser repetido de uma eleição para outra, que resumidamente é o ato de dar, receber e retribuir. Assim, existiu uma preocupação com a firmação de alianças com a base – eleitores, representantes de

bairros e associações – por mais que tenha se encontrado, no momento, uma dualidade de contrários. Isso é reflexo na obtenção de um emprego, um remédio, uma ajuda financeira para atender a uma necessidade que pode ser de momento ou que pode se estender para após as eleições.

Foram observadas as características da campanha política realizada por Geovane Borges nos próprios discursos, como “ele nós já conhecemos e sabemos o seu trabalho através do senado que ele governará muito bem o município”. Ou pode-se notar a proximidade desse candidato com determinadas personalidades da política brasileira como “ele (Geovane Borges) está muito mais próximo do presidente Lula, através de seu irmão no senado”. Se faz necessário que entendamos a experiência de Geovane Borges no senado. Nas eleições de 2006, Geovane foi suplente de seu irmão, Gilvan Borges, na candidatura deste ao Senado. Com a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu irmão fazia parte da comitiva que viajou à Europa, Oriente Médio e América do Norte. Desta forma, o suplente, assumiu o cargo de seu irmão no senado evitando a vacância do cargo. Esse período teve como característica, segundo populares, um aproximação do executivo federal; com mais de 78% de aprovação do brasileiro em 2008, na busca de melhoria do município de Santana.

Com essa experiência vislumbramos o meio em que o capital político influencia o apoio dos eleitores ao candidato, pode haver uma transferência que é limitada, na maioria das vezes, àquele período ou ininterruptamente, a partir do momento em que há um reconhecimento de quem o apoia e a fidelidade dos eleitores ao seu apoio ou ao próprio partido como instituição política (Bourdieu, 2003).

Estes meios e fins foram praticados de maneira bastante intensa na campanha de Geovane Borges, assim como de outros candidatos. Entretanto, os militantes e eleitorado desse candidato fizeram um retorno ao período em que esse político governou o município no passado.

A campanha de Rosemiro Rocha

De acordo com relatos, este político que integrou a política santanense teve bastante apoio devido uma grande corrente de Afuá, Breves e Gurupá, que escolheram Santana para morar, muitos dos quais conheciam a família Rocha.

O candidato da coligação “Muito mais por Santana”, Rosemiro Rocha (PTB) caracterizou-se pelo fato de ser visto com certo carisma em Santana. Este carisma está ligado a uma forma específica de fazer política do candidato, através do clientelismo, de forma que a ligação desse político com eleitores passa de geração a geração. Rosemiro é conhecido na cidade de Santana e no município como um todo de se tratar de uma pessoa que ajuda o povo, através de doações em dinheiro quando as pessoas o pedem na rua e também na tradição de servir costumeiramente uma sopa em sua casa para os mais necessitados. Por isso, Rosemiro é projetado pela população mais pobre como alguém que ajuda o povo, mesmo sem mandato.

Esse poder político foi legitimado com a conjuntura política que herdou, de acordo com as entrevistas e gravações. Quando questionados sobre o voto no candidato da coligação “Muito Mais Por Santana”, os eleitores responderam, na maioria das vezes, o seguinte: “vou votar nele porque já faz muito tempo que eu voto nele” ou “eu e minha família vamos votar nesse candidato, porque faz muito tempo que a gente vota nele”. Veja-se que o voto é concebido como ação de fidelidade em relação ao entrevistado e sua família. É possível que isto expresse uma relação de gratidão, ou melhor, uma reciprocidade entre o benefício recebido e o voto dado.

Essas ações, por mais que sejam apoiadas por parte do eleitorado, geram consequências que se projetam sobre a vida política do município, pois esta forma de “fazer política” prejudica até mesmo uma reformulação ou credibilidade de uma oposição no município. Esses “costumes” da política não se restringem a localidades do interior, mas podemos encontrar em grandes aglomerados urbanos, como no caso de Santana, segundo maior município do Estado do Amapá.

A sobrevivência desse tipo de política em Santana é a prova de um legado deixado por atores da política que transformou a escolha coletiva em defesa de interesses muitas das vezes escusos. As diferenças nas formas de campanha política são evidentes em relação aos candidatos, de forma que o primeiro já citado, Antônio Nogueira, possui um tom de continuidade em busca do progresso, já o segundo; Geovani Borges buscou em sua experiência política para arregimentar votos, junto de uma forte aliança política, enquanto que Rosemiro Rocha é a volta de uma política que atendeu, na maioria vezes a um fortalecimento do poder privado em função do enfraquecimento do poder público.

Mesmo assim, o candidato Rosemiro Rocha da coligação “muito mais por Santana” (PTB) e obteve apoio por parte do eleitorado;

“Gosto do Rosemiro por causa disso, ele é mais ligado ao povo, não é preciso um cordão de isolamento quando vai falar com o público; ele não se limita a falar em um microfone em cima dos carros de som. Ele vem em nossas casas nos recebe nas ruas ainda nos ajuda num caso de aperreio”⁷ (José Júlio do Bairro Hospitalidade 22 de agosto de 2008).

Assim, o candidato da coligação “Muito mais por Santana” se caracteriza como um candidato que pode ser caracterizado como a reafirmação de certo grau de fraqueza do poder público municipal, porque este realiza concessões indevidamente transformando boa parte do público em privado; e do eleitorado, pelo fato deste ir à procura destes favores em benefício próprio, se esquecendo de que a máquina pública atende, em grande parte, a coletividade e não na forma individualizada.

Entretanto, o eleitorado aqui citado não abre mão das benesses que fazem parte de um “processo de blindagem” da relação candidato – eleitorado.

4.3. Campanha política em Santana

A organização administrativa e política da campanha

Neste período da política foi evidente uma identificação de maior intensidade dos eleitores em relação aos políticos, de forma que muitas das vezes, e isso não aconteceu de maneira isolada, foi notada a presença de confronto entre os militantes, trabalhadores da campanha com o intuito da conquista de mais e mais eleitores. O confronto em potencial junto da proteção mais evidente reside na declaração de que “é preciso evitar que os outros candidatos possam chegar e não dar continuidade as obras do “Nogueira”, tendo em vista que o candidato não vai fazer “marketing” para o candidato da coligação Santana Não Pode Parar.” Observou-se que, neste momento, houve uma defesa tanto do candidato ao seu eleitorado, quanto do eleitorado ao candidato, pois o primeiro legitima a candidatura do segundo, promovendo uma relação

7 – Discurso realizado no dia em que Antônio Nogueira fez uma caminhada no bairro. Nota-se a comparação do eleitor em relação aos candidatos ao executivo de Santana.

recíproca que se caracteriza de privilégios de ambas as partes.

Houve, na verdade, um processo de espetacularização da situação relacionada aos candidatos. Ressaltou-se o sentido do convencimento por meio do discurso sobre a Criação de emprego e obtenção de infraestrutura básica como, saneamento, pavimentação e outros trabalhos, que são de obrigação do prefeito. Notou-se uma grande aceitação em relação aos cidadãos suburbanos, mesmo com a ausência dos candidatos ou presença destes. Foi notável o quanto o povo veiculou os programas do candidato, fazendo isso por meio de enunciados em camisas como “Santana não pode parar”, ou “Rosemiro é muito mais Santana” ou mesmo “Geovani Borges é União e esperança por Santana.” O que foi notado também é que os órgãos fiscalizadores do período eleitoral, como o TRE (Tribunal Regional Eleitoral), verificando o processo de “marketing” eleitoral que ocorreu de maneira não tão tranquila. A troca de acusações dos militantes aos referidos candidatos de oposição poderia ser presenciada em logradouros públicos, bares, onde houvesse qualquer concentração de pessoas. O exemplo disso foi perceber que alguns argumentos que davam embasamento as ofensas, como:

“voto no candidato, porque todo candidato rouba” ou mesmo;
“Nós de Santana não queremos pessoal de Macapá no poder”. Assim como
“voto nesse candidato por falta de opção (...) e não vejo solução de outros candidatos, pois o teu candidato rouba”⁸.

Tendo contato direto com o eleitorado em meio à campanha política, pude perceber que as três coligações, e seus respectivos candidatos, possuem propostas diferenciadas atendendo a caracteres também diferenciados no que diz respeito às propostas políticas. Estas propostas dizem respeito a temas como: emprego, infraestrutura, saúde, educação e todos os demais pré-requisitos básicos inclusos nos programas de governo dos três principais candidatos à prefeitura de Santana.

O que difere entre eles são as formas de fazer campanha nas eleições, que os caracterizam como uma peculiaridade, como o candidato Geovani Borges (PMDB), que possui a particularidade de fazer política junto de sua família. Esse tipo de influência frutifica em uma dominação baseada no respeito e que possui uma tradição patriarcal, de forma que, na campanha, os eleitores que acompanharam esse candidato, se

8 – Discussão que aconteceu no dia 17 de agosto de 2008 na feira municipal de Santana.

situavam na campanha obedecendo, além das deliberações do candidato, as decisões tradicionais vindas da própria família, a qual possui expoentes conhecidos na política do estado do Amapá. Ou o candidato Antônio Nogueira (PT), que apesar de possuir um poder estabelecido recentemente e legitimado pelos seus jovens eleitores, ou mesmo Rosemiro Rocha (PTB), que possui por sua vez, uma história política, que trouxe como consequência o êxito da personalidade deste político em meio às camadas sociais de Santana. Em todos os candidatos encontrou – se uma particularidade até mesmo no discurso, ora direcionado a uma continuidade, ora a um retorno de governos passados.

O que se pôde ver, também, foi que a família de Geovane Borges é reconhecida pela sociedade local e até mesmo amapaense, de forma que “é uma família tradicional que é daqui do estado e que tem muito que beneficiar a sociedade santanense”. De acordo com as declarações, notou-se que elas foram configuradas, levando em conta toda a história da família e ao mesmo tempo os períodos de gestão de instituições públicas no município e mesmo do estado do Amapá. É válido ressaltar que as declarações de oposição a candidatos que já tiveram chances de governo em Santana são quase que homogêneas neste sentido:

“Os dois outros candidatos já tiveram chance, assim como nosso candidato, mas só que o nosso foi melhor, e é por isso que eu vou votar nele” (Juarez de Almeida, comerciante, 28 de julho de 2008)

“Porque ele é de família tradicional que pode trabalhar muito melhor pelo município de Santana.” (Maria Aparecida, autônoma, 28 de julho de 2008).

Desta forma, a maioria das declarações foram voltadas nestas duas desenvolvimentos; ou da experiência na política ou da família. Porém nem tudo são flores. Houve um ataque direto da oposição ao candidato da coligação “União e Esperança” aos seus competidores ao pleito. São críticas que se materializam por “incompetência dos governos passados”. No acompanhamento das reuniões que iriam determinar os fiscais das chapas eleitorais, os encarregados pelos fiscais afirmaram que os nomes dos fiscais já estavam na lista do TRE e que teriam que ter cuidado com a fiscalização. Apesar dos delegados dessa coligação terem noção da fiscalização, houve a explicação dos delegados aos fiscais para uma possível conquista de voto dos eleitores por meio de uma popularmente conhecida, “boca de urna;” Observe o discurso para os candidatos a fiscal da coligação;

“Bom, nós só vamos passar algumas informações a vocês e reforçar algumas já dadas. Vamos fazer um crachá para identificar vocês e a coligação. É preciso que vocês verifiquem todos os lacres nas caixas das urnas, e se algum estiver rompido, o coordenador deverá ser comunicado e outra urna deverá substituir a anterior imediatamente”⁹(Representante dos fiscais da coligação União e Esperança).

Através do discurso, notou-se que os delegados dessa coligação partidária conheciam as leis que regem o processo eleitoral. Entretanto, nem tanta lisura acontece assim segundo o encarregado dos fiscais “(...) se for o caso de vocês encontrarem aquele velho amigo que faz tempo que vocês não viam, peçam aquele voto de confiança para o nosso vereador e nosso prefeito” (João Maurício, delegado da coligação “União e Esperança”,30 de setembro de 2008). Os delegados das coligações reforçaram o horário da eleição e, também, a “boca de urna indireta”. Assim, foi observado que os candidatos e os futuros fiscais da coligação estavam cientes dos meios de fiscalização e os meios pelos quais a fiscalização ficaria em segundo plano.

Essa reunião foi realizada na casa de um candidato a vereador que tinha o apoio do candidato da coligação “União e Esperança” (PMDB). Em relação à primeira reunião que aconteceu na Vila Amazonas, essa ocorreu no Bairro Nova Brasília e observou-se que houve um aumento considerável de candidatos a fiscal da coligação no que diz respeito a primeira reunião. Algumas pessoas seriam fiscais de forma voluntária, outras seriam remuneradas no final da votação.

Após todos esses recursos de fiscalização e de acompanhamento do processo eleitoral, notou-se um processo de subdivisão, conforme quadro abaixo:

Organização administrativa da campanha política na eleição de 2008	
Militantes	Trabalham para o candidato
Trabalhadores	Trabalham para o candidato
Simpatizantes	Voto em potencial
Eleitor	Que deve ser conquistado

Tabela 01: estrutura administrativa da campanha eleitoral para prefeito e vereador de Santana em 2008.

9 – Reunião realizada na casa de um candidato a vereador que apoiava Geovane Borges. Esta foi realizada no dia 27 de setembro de 2008.

Assim se pode visualizar a estrutura de organização da campanha eleitoral, e também, discernir quem presta serviços durante este período. Porém, como se pode perceber a organização é regida por questões racionais, de forma que a partir do momento em que os cidadãos são chamados para fazerem parte da campanha política, a sua história social e econômica contribui para a sua decisão de votar e trabalhar para determinado candidato, e ainda, ser um agente multiplicador na conquista de mais votos (Figueiredo, 2008:17).

Com o acirramento da disputa, houve a necessidade de se evitar denúncias no TRE. Tais cuidados foram direcionados da seguinte forma prática: os fiscais que fossem remunerados teriam um código para a sua remuneração que seria pronunciado no ato do pagamento (“cadê o meu almoço?”). O fiscal ligaria para o representante de seu grupo e citaria a frase, que significaria remuneração.

Houve todo um aparato de planejamento que se constitui em candidatos que repassam o dinheiro aos delegados que, por sua vez, repassam aos representantes e, conseqüentemente, aos fiscais que possuem a incumbência de recrutar as pessoas que iriam fazer a boca de urna.

Em vias judiciais, a boca de urna é uma prática realizada às escondidas, pois é considerada ilícita, mas para parte da população, principalmente aquela que trabalha na campanha eleitoral, é considerada uma atitude normal, pois, como se ouve nos bastidores das campanhas, “para se meter na política é preciso ter dinheiro.” Nas palavras dos que trabalham para os candidatos: “nessa campanha foi a que eu mais ganhei dinheiro.”

O candidato da coligação “Muito Mais por Santana” (PTB), Rosemiro Rocha, fez uma reunião em sua casa no dia 25 de setembro de 2008, na qual contou com a participação de militantes e simpatizantes de sua candidatura. Segundo algumas pessoas, a quantidade de presentes à reunião foi em torno de 3000 pessoas.

As propostas do candidato dessa coligação estão direcionadas diretamente a possibilidades de benefícios à população, tais como:

- ✓ Vale gás: este voltado mais as parcelas da sociedade que são desfavorecidas, de acordo com os seus cabos eleitorais;
- ✓ Bolsa universitária: voltado aos jovens que não possuem o primeiro emprego por falta de experiência e, conseqüentemente, pouco oportunidades no mercado de trabalho;
- ✓ Isenção de impostos de moradores que tiverem mais de 60 anos.

Historicamente os eleitores desse candidato são oriundos dos setores com mais dificuldades da população, logo, podemos compreender o caráter assistencialista embutido em suas propostas. A população ali presente estava empolgada com as proximidades das eleições, e evidentemente, com um receio em relação à veiculação na mídia da decisão do Tribunal Regional Eleitoral em relação ao julgamento de Rosemiro Rocha sobre a operação “pororoca” que investigou os investimentos de sua gestão.

Em relação a este fato, alguns eleitores questionaram “o que você está escrevendo?” Esse questionamento caracteriza a preocupação dos eleitores em relação ao candidato sobre o que pode ser veiculado nos meios de comunicação que possa denegrir a sua imagem, ou elevá-lo elogiando o discurso, assim o questionamento sobre o caderno de anotações, perguntas feitas pelos eleitores deste e de outros candidatos, demonstrou que as veias jornalísticas podem ser uma atividade da política que apresenta uma faca de dois gumes – ela pode ajudar ou estagnar o processo de aceitação nas eleições.

Os candidatos à prefeitura de Santana foram acompanhados por personalidades consideradas importantes na política da cidade e do estado do Amapá. Observou-se com isso uma busca constante de incorporação na campanha da credibilidade de outros políticos junto aos eleitores, com uma dupla perspectiva: primeiro, de ampliar as alianças políticas; segundo, de adicionar um número maior de lideranças para a conquista do voto do eleitor.

Assim, a potencialidade do voto depende, em parte também, da crença em um bom trabalho realizado por esses atores da política no estado. Desta forma, aumenta proporcionalmente possibilidade a do voto (Miranda, 2001).

Rosemiro Rocha teve, em sua trajetória política, algumas pendências políticas com a justiça eleitoral. Apesar de tudo isso ele justifica afirmando “ontem a cidade parou na expectativa da decisão do Tribunal Superior Eleitoral”, a qual decidiu liberar a sua candidatura às eleições de 2008.

O seu discurso se notou a confiança nos atos subjetivos de forma evidente em: “os deuses me olharam; e eles não abandonam os seus filhos”.

Assim, podemos observar que em pleno século XXI ainda persistem na realidade política santanense práticas políticas que perpassam pela fiscalização e que enfraquecem o poder de escolha do eleitorado, principalmente em municipalidades distantes do poder federal como Santana. O sistema federalista trouxe consigo a proposta de descentralização da gestão, no entanto é um dos principais fatores que

contribuem para a consolidação de uma política que se aparta da coletividade e se torna política de poucos na ilusão de muitos.

A liberação do tribunal de justiça para a disputa eleitoral foi um fato muito comemorado, seja pelo candidato, pelo partido ou pelos eleitores: “antes eles riam de mim, do nosso julgamento. Hoje eles choram a nossa vitória”, argumentou o candidato (pronunciamento realizado em 26 de setembro de 2008). O agradecimento a todos os parceiros da política, que são observados como caciques da política amapaense. O discurso voltado às parcelas da sociedade menos favorecidas economicamente, caracterizada no discurso do emprego. Assim, o “teatro” eleitoral é feito não só pelo candidato, mas os eleitores, também, são personagens de papel principal.

4.4 - A campanha nos bairros de Santana e as razões do voto.

Esta parte da pesquisa toma como referência etnográfica a relação prática entre os candidatos e a população do município, sobretudo no atendimento às reivindicações dos eleitores santanenses em cada bairro.

Lembrando que essa e outras abordagens possuem um caráter que pode ter suas semelhanças, mas que em as suas peculiaridades acompanham o processo social do município de Santana. É observar de que forma a política faz parte de um universo simbólico legitimado pelos munícipes, de forma que foram observadas neste período da política. Existem pessoas que opinam, em todas as suas vertentes pelo menos neste período. Nos questionamentos localizados, levou-se em consideração o local, tendo em conta as questões econômicas e de infraestrutura.

De início, notei que nos bairros de Santana existe uma relação de trocas de interesses que se sobressaem às questões individuais sobre as coletivas, através das representações de bairro (presidentes e representantes). Na campanha política para prefeito de Santana em 2008, as lideranças de bairros funcionaram como meios de ligação entre os políticos e a comunidade de cada bairro santanense. As representações locais têm como incumbência atender as necessidades de cada bairro e levá-las ao candidato ou comitê de campanha. Evidentemente que há uma relação entre o presidente de bairro e o político que vai além do atendimento ao munícipe do bairro, pois há o apoio do candidato ou do futuro gestor com o líder comunitário para que este, futuramente, possa concorrer a um cargo público.

Como forma de arrendar votos, o político pode financiar a candidatura de um representante de bairro para conselheiro tutelar, de forma que este último irá até os habitantes do bairro para conciliar o voto e as melhorias que este candidato pode proporcionar aquele local. Quando foi questionado no bairro do Paraíso qual o candidato a ser votado e o porquê do voto naquele candidato, observamos que em cada bairro as demandas reivindicatórias eram diferentes. Então foi perguntado, “por que o candidato da coligação “Muito mais por Santana” e por que não outro candidato?”

“Porque no tempo dele não era tão difícil da gente falar com ele. Esses outros aí, quando fazem caminhadas andam com um cordão de isolamento, não deixam a gente chegar perto deles” (João Paulo, estudante, 23 anos).

Quando questionados o porquê do voto no candidato da coligação “Santana Não Pode Parar”, os eleitores responderam: “vou votar nele porque só ele teve coragem de, pelo menos, tentar mudar a cidade”. No contexto do discurso, observa-se que o tema da infraestrutura da cidade e a situação econômica do eleitorado são elementos importantes como alternativas justificadoras do voto. O que foi notabilizado, neste sentido, é que a política é uma busca constante tanto do bem-estar da coletividade – no caso da melhoria da infraestrutura, como asfaltamento de ruas, calçamento – ou do indivíduo, a partir do momento em que parte da população é incluída na campanha por meio do trabalho remunerado (Figueiredo, 2002:20). O candidato da coligação “União e esperança” (PMDB) possui uma grande influência em algumas camadas da sociedade santanense pelo fato de já ter governado o município. Observa-se que isso se concretiza nos discursos que foram efetuados com eleitores que apoiaram este candidato, observe;

“Porque ele já tem uma grande experiência que pode beneficiar a cidade,” ou mesmo; “vai ser ele pela sua experiência, também porque ele pode trazer muito mais benefícios junto de sua família para Santana” (Estevam Albuquerque, 46 anos, empreendedor).

Os questionamentos referentes ao Bairro Fonte Nova foram dirigidos a todas as camadas, observado os significados deste período para os cidadãos deste e de outros bairros, como vêm e experimentam esta política com vistas ao futuro(Kushinir, 2007).

A presença do candidato da coligação “Muito mais por Santana” (PTB) foi percebida quando os cidadãos são questionados a justificar o porquê do voto neste candidato: “vou votar nesse candidato porque ele já passou por lá e fez um bom trabalho.” O que ainda caracteriza esse candidato é o favorecimento que ele

proporcionou a seu eleitorado, ou então já favoreceu; também pelo fato de já ter sido prefeito de Santana. Mais especificamente, há favorecimento de ambos os lados, candidato-eleitorado, ou a forma inversa; essa forma de praticar política foi, de acordo com as entrevistas, um dos meios de comunicação mais eficientes com o eleitorado. Iniciaram-se os questionamentos no bairro Hospitalidade também levando em conta as questões de infraestrutura e economia dos entrevistados. De primeira mão, perguntou-se “em quem você vai votar e por quê ?” Observando e escutando as respostas temos:

“Vou votar no candidato Antônio Nogueira porque ele foi o único que olhou pela nossa rua e tirou a gente da poeira.” Ou também, “vou votar nele porque foi o único que administrou a cidade com confiança, não foi igual aos que governaram no passado” (Jonas, 25 anos, Autônomo).

Observou-se a partir dessas declarações que há mão dupla nas relações de candidato eleitorado e de eleitorado candidato. Pois só se notou esse posicionamento dos moradores deste bairro a partir do asfaltamento de algumas ruas. Como consequência, após o feito, houve um maior apoio a este candidato. Assim, em meio às manifestações de satisfação à pavimentação de ruas no bairro, foi observado também que a média de idade de eleitores desse candidato – Antônio Nogueira – é jovem. Isto não quer dizer que não há eleitores de mais idade, essa abordagem foi direcionada à quantidade de pessoas entrevistadas foram maior à média 19 a 27 anos. É o contrário do que acontece com o candidato da coligação “Muito Mais Por Santana”, que, por sua vez possui uma média de idade mais elevada. Observe a confirmação dessas proposições:

“Vou votar no candidato da coligação “Muito mais por Santana” de Rosemiro Rocha (PTB), porque já faz muito tempo que eu voto nele” (Maria Benedita, 49 anos, dona de casa).

Neste mesmo período houve uma manifestação do candidato da coligação “Santana não pode parar” de Antônio Nogueira (PT). Era a inauguração do asfalto da Avenida 15 de novembro. Tratou-se de uma grande manifestação da militância do PT e uma bem acentuada adesão dos candidatos a vereador, a comunidade e do candidato a prefeito. O candidato fez o corpo a corpo, foi de casa em casa. O espetáculo da campanha eleitoral **está** armado com som e a militância junto de seu candidato. Foi quando o candidato Antônio Nogueira ratificou a informação de que “a aceitação é muito grande, com certeza eles serão os mesmos que legitimarão a vitória!”

A posição da militância do candidato da coligação “União e Esperança” (PMDB) foi de grandes críticas voltadas aos candidatos anteriormente já citados pelo fato deles terem ocupado em tempos anteriores já terem sido prefeito do município, como;

“Eu vou votar no Geovane, porque já estou cansado de tanta promessa e obras só no período da eleição. Eu quero ver trabalho e sei que ele está preparado para isso” (José Cardoso, 33 anos, comerciante).

As críticas dessas militâncias se materializam na comparação entre os candidatos que por sua vez, já tiveram mandatos na prefeitura de Santana e que de acordo com as informações obtidas se diferenciam pelo fato de Geovane já ter sido prefeito de Santana, e os seus eleitores lembrarem o período de sua gestão. Evidentemente que as perguntas foram semelhantes quando feitas na maioria dos bairros santanenses, mas o que se notou é que de acordo com as questões infra estruturais e de cunho econômico, as respostas podem ser diferentes. Como foi o caso do bairro da Vila Amazonas

Esse bairro possui uma infraestrutura mais privilegiada, porém com o passar dos tempos já se apresenta um pouco desgastada, e também notamos maior cumplicidade nos interesses individuais. Neste momento da pesquisa não figuram apenas os candidatos, mas todo um interesse individual em seus discursos; “voto no candidato do PT, porque foi só no governo dele que eu e minha família conseguimos emprego” (Seu Geraldo, motorista). Não só esse discurso, mas outros dessa localidade caracterizam o perfil do eleitor quase por completo. Relembrando que os candidatos e o seu eleitorado possuem, de acordo com o que foi observado, os costumes de ajuda recíproca de ambas as partes. Porque o primeiro vai ser beneficiado com o poder executivo, e o segundo terá o benefício do emprego e conseqüentemente a melhor estruturação econômica. Portanto, o voto ganha o perfil econômico de retribuição de favor com favor novamente que é o cargo eleitoral.

4.5 - O Período Eleitoral

No dia 28 de setembro de 2008, terça feira, a cidade estava polarizada pela política dos candidatos a prefeito e vereadores. O nível desce ao ponto mais baixo da campanha, pois os candidatos ousam nos discursos e os militantes se confrontam em

suas bicicletas, carros, trios e mesmo a pé com grande hostilidade entre as militâncias. A cidade se encontrava “barulhenta” em todos os sentidos, para onde se procurava abrigo, lá estava uma caminhada, um trio ou mesmo uma carreata.

Os trabalhadores da campanha junto da militância e os simpatizantes ganhavam as ruas divulgando o programa de seus candidatos, e também, distribuindo colas com os números para o dia da eleição.

Os cidadãos absorveram e atuaram como veiculadores das propostas de seus candidatos na tentativa de obter mais votos. Com a competição acirrada, bandeiras que pairavam sobre os carros ou mesmo nas mãos. Pareceu que quanto mais se aproximava a data da votação, mais competitiva e hostil se tornava a campanha eleitoral em Santana. Entretanto, ainda existiam “votos por conquistar”, assim, um aperto de mão, um abraço, ou beijos se tornavam expressões da vida cotidiana deste período (Palmeira, 1996, p. 169). Militantes entregando os “santinhos” de seus candidatos, e eles; por sua vez, a procura de uma maior proximidade dos eleitores nas ruas, o que torna o apelo da campanha eleitoral ainda mais explícito.

“Vai que tá com moral meu prefeito”(Zé Carlos, 32 anos, autônomo), ou “agora é o verde da esperança que vai governar Santana para melhorar”¹⁰ (Benedito Amoras, 21 anos, Militante do PMDB).

Ou também um tom de desatino aos outros candidatos, como; “esses verdes são verde melancia, por dentro eles são vermelho” (Sanches, 36 anos, militante do PT). Os candidatos a vereador também produzem o seu espetáculo, mas sempre exaltando o candidato a prefeito. Após toda empreitada das campanhas eleitorais, os ânimos se exaltaram ainda mais entre os candidatos e seus trabalhadores, militantes e simpatizantes.

Anteriormente, no dia 28 de setembro aconteceu no município de Santana o pivô de todas as hostilidades junto da proximidade das eleições. Aconteceu nesse dia a tríplice caminhada, pois no horário de 15:52h; os três candidatos ao executivo organizaram caminhadas simultânea na Rua Ubaldo Figueira, uma das principais ruas do centro da cidade. Observou-se que as militâncias dos candidatos evitavam o encontro. Existiam adeptos por todos os lados da rua. Carros, bicicletas e mesmo

10 – Campanha realizada na Rua Ubaldo Figueira no dia 19 de agosto de 2008.

pedestre todos com suas respectivas bandeiras de candidato a prefeito e vereador concorrentes ao pleito.

A partir daí, a campanha nas ruas da cidade se tornou um dos principais meios à conquista de novos votos. Acompanhando de perto o discurso dos candidatos foi possível observar a exaltação dos ânimos, pois as críticas foram configuradas de maneira direta e explícita.

A disputa demonstra as variantes ideológicas de fazer política que além dos candidatos da prefeitura de Santana, há uma continuidade com os candidatos a vereador. Tomados pela política, as práticas de campanha neste momento fizeram parte do dia -a-dia do santanense e todos corresponderam como atores sociais e corporificaram o slogan do candidato. Mesmo quem ainda não poderia votar como, crianças ou mesmo quem possui o voto facultativo, defendem e legitimam as candidaturas dos seus candidatos.

Recorrendo aos perfis dos eleitores, os militantes do candidato da coligação “Muito Mais Por Santana” (PTB) eram pessoas oriundas de um substrato econômico menos favorecido, mesmo as observações se concretizaram nos discursos dos eleitores afirmando enfaticamente que “ele é povão”. Os militantes do candidato da coligação “União e Esperança” (PMDB) buscavam conquistar os eleitores de todos os substratos econômicos, mas o que se observou foram eleitores de situações mais estáveis economicamente, tanto que na “caminhada” do candidato o eleitorado a acompanhou em carros, e pouco se viu pessoas caminhando. O candidato da coligação “Santana Não Pode Parar” Antônio Nogueira (PT), conseguiu reunir os eleitores de todas as classes sociais, principalmente dos bairros do centro e parte da periferia.

Em uma roda de amigos, questionou-se a política naquele momento em Santana. Um eleitor respondeu o seguinte: “Bom, eu sei que meu voto pode até não ser tão consciente, mas estou cansado de votar pela coletividade. Voto agora para puxar a brasa para a minha sardinha” (Zequias de Almeida, Eletricista, 15 de setembro de 2008)). Outro disse: “Meu voto é pra vê se algum desses candidatos olha por nós aqui do bairro. Nós estamos esquecidos”(Emanuel Antunes, Autônomo).

Esses discursos, que parecem contraditórios, mas na verdade eles se completam, porque em primeiro lugar vem a individualidade acompanhada do coletivo, ou seja, há a preocupação com o individual, emprego e renda, e o coletivo, melhoria na infraestrutura da cidade.

Como pôde se observar, a população de Santana participa da política no município idealizando o seu tipo de política, de forma que não só os candidatos ou os

“elegíveis” possam sair ganhando, mas militantes, quando há garantias de cargos em instituições do município, trabalhadores, pois, a partir da campanha ele pode auferir renda, simpatizantes e eleitores que podem escolher por meio da política um gestor que venha a atender aos seus anseios. Na verdade, a realidade apresentada no período da campanha política santanense houve uma comunhão de bens, mas que se alastrou para além deste período.

Como toda a eleição possui o seu vencedor, em Santana não foi diferente, mas com a sua peculiaridade, e está no fortalecimento dos contatos sociais e a continuação de práticas que se perpetuam, provavelmente, para a próxima eleição. Ainda, por meio desta eleição a questão de família na política foi reforçada no sentido de ser uma plataforma para a política em longo prazo. Nogueira chega à reeleição por meio de um processo tumultuado, muitas vezes questionado pela oposição, porém não houve provas para a comprovação de algum erro ou ilícito de algo. Isso fez com que a eleição fosse legitimada dando o cargo executivo a coligação “Santana não pode parar” de Antônio Nogueira.

Eleição para prefeito do Município de Santana, de acordo com os críticos, foi realizada a contento, e por sua vez, oportunizou sua função social. O eleitorado – municípios santanenses – participaram deste processo do início ao fim, tendo como força deliberadora o voto, que por mais que tenha sido levado ao interesse próprio atendeu a vontade da maioria.

4.6 - Santana pós-eleições

Como vimos, no período da política tudo é festa, no entanto, quanto maior for a festa maior será a competitividade eleitoral entre os candidatos. Na verdade o santanense foi chamado para opinar e defender os ideais de campanha de seus candidatos, assim, há um embate de idéias não só dos candidatos, mas também de seus eleitores, daí o aumento da competição, e conseqüentemente da festa.

Em virtude disso nem tudo são flores. Com a reeleição de Antônio Nogueira, a prefeitura de Santana, em novembro do ano seguinte se encontrava com um grande fluxo de pessoas. Como a situação financeira da prefeitura não era das melhores existia uma maioria tentando obter contracheque para empréstimos no banco. Outro

procurando aumentar a sua margem de empréstimo. Tudo isso devido o atraso de salário dos empregados efetivos e concursados.

“Agora as promessas de campanha precisam ser cumpridas”, essa expressão foi feita por um cidadão, que enfatizou as trocas de favores em estabelecimentos ligados à prefeitura. Estes favores poderiam ser deliberados por secretários, vereadores ou mesmo o prefeito. Assim, houve uma parcela muito grande e dependente destas pessoas, como o próprio prefeito Antônio Nogueira ou seus secretários que constituem a política na cidade de Santana.

As secretarias, por sua vez, acompanharam as benesses do paternalismo econômico. Favorecimentos foram feitos de maneira explícita por políticos “do grade escalão”. No caso da Secretaria de Desenvolvimento Urbano -SEMDUR- as parcelas mais carentes vão até os políticos ou secretários para pedir a regularização de seus terrenos ou pagar taxas atrasadas, ou pedem a documentação deste por meio de uma maior influência de um vereador, por exemplo. O maior fluxo de pessoas nestes locais está ligado de maneira direta ao cumprimento de uma promessa de campanha ou a garantia de arregimentação do voto daquele cidadão para as próximas eleições.

Algumas pessoas fora e ainda são dependentes confessos destes procedimentos da prefeitura. A presença do público santanense é notável, principalmente no sentido de formação de clientelas que se constituem na consolidação da participação do público santanense na política de maneira a ser um investimento em curto prazo, no sentido econômico das campanhas políticas, e em longo prazo; quando da obtenção de um emprego por exemplo.

Isto se confirma a partir da obtenção de um documento para a legalização do lote ou terreno. Em longo prazo, basta notar o “inchaço” no quadro de funcionários da prefeitura de Santana e suas secretarias.

Assim;

“[...] O segundo mandato do prefeito Nogueira está bastante diferente do primeiro, ele fez a base política no primeiro mandato, deu emprego, ajudou os que tinham dificuldade financeira. Assim, os santanenses o elegeram pra um segundo mandato, porque naquele momento ele atendeu as nossas necessidades. Agora nem aparece na prefeitura porque tem medo até de campanha”¹¹ (Comerciante do Bairro Central, 08 de Janeiro de 2009).

São pessoas de diferentes substratos econômicos dentro da prefeitura, mas que possuem uma condição que se assemelham, onde o primeiro é o recebimento do salário e o segundo o cumprimento da promessa e a obtenção do favor.

O tratamento com estranheza se torna uma característica dos cargos comissionados, tendo em vista que ainda há resquícios de militância e mesmo de defesa de seus empregos.

“Os secretários, o prefeito fazem muita “vista grossa” e a população (eleitores em potencial) não sabem das decisões, das contratações. Quando não participam dessas decisões as críticas não aparecem devido o povo santanense não ter idéia da administração do prefeito”¹²(Concursado da prefeitura, 08 de Janeiro de 2009).

As práticas políticas são refletidas nos próprios funcionários que fazem parte do processo de arregimentação política: “(...) olha, se tu for lá bater palma e soltar foguete para o prefeito que vai ser candidato a presidente do partido, eu vou na reunião do teu candidato” (prestador de serviço da prefeitura, 01 de fevereiro de 2009). Assim, as plataformas políticas que visam à eleição para presidente de partido têm a sua abrangência para a prefeitura ou mesmo para governador.

Essas práticas políticas junto das apropriações que acontecem cotidianamente – a questão do popularmente chamado emprego de cabide eleitoral – se refletem na individualização de objetos – pessoas que têm uma pretensão política futura – nas secretarias ou o poder de outorga exercido por alguns dos funcionários da repartição. A questão dos trajés, dos meios de transporte, também reflete esse processo de hierarquia na relação prefeito, secretário e vereador. A adesão se torna massificada a partir do momento em que o objetivo é alcançado; “ele não usa nenhuma arma, ele leva é na lábia, tem um jogo de cintura pra enrolar os outros, é por isso que eu tiro o chapéu para ele” (servidor da Prefeitura de Santana, 09 de fevereiro de 2009).

Se os meios de comunicação por meio de seus repórteres tentam entrevistar Nogueira para lhe questionar como e o porquê dessa situação financeira. Funcionários e ex-funcionários aparecem na prefeitura tentando saber quando irão receber os seus atrasados; “poxa cara, o meu dinheiro vai sair só na outra semana; isso porque eu já estou vindo aqui a mais de duas semanas ”(servidor da Prefeitura de Santana, 13 de março de 2009)

A contenda armada entre concursados e cargos comissionados – que surgiu a partir do atraso do salário do primeiro em relação ao segundo – tende a diminuir, pois como foram notados os movimentos destes dois tipos de empregados são convergentes

11 – Avaliação da administração de Antônio Nogueira.

na defesa de interesses, pois eles possuem a necessidades de receber salários atrasados em um determinado momento. Assim, trabalhadores diretos e indiretos fazem especulação política de quem será o próximo grupo político a assumir a prefeitura e qual será a avaliação do povo em relação ao novo candidato. Segundo informantes da própria prefeitura, entre esses cargos administrativos e concursados, por mais tempo que se possa estar fora da política se o candidato X ou Y tiver dinheiro ele faz a diferença. Os funcionários efetivos da prefeitura também comentam sobre o temperamento e ausência do gestor maior da prefeitura de Santana que pode ser o motivo do aparecimento das irregularidades na e da prefeitura;

“O Nogueira não libera nada, não dá “vaco”¹³ pra ninguém. Na época do Rosemiro não tinha tempo ruim, por mais que o povo sabia que ele mexia no dinheiro, “comia junto com ele, e ele dava para muitas pessoas, ajudava mais”.

Como podemos ver é que a questão dos considerados ilícitos são pouco condenáveis pelos populares e empregados efetivos da instituição. A exoneração de alguns cargos da prefeitura é uma tentativa de “enxugar” as finanças. Essa foi a pronúncia do prefeito às emissoras de televisão. A imprensa é um meio que pode influenciar o povo a aderir o processo de críticas quando não são partícipes da política. Segundo eles o processo televisivo por meio de seus programas é um meio que pode ter duas faces: a de criticar ou de elogiar. Eles fazem com que o foco continue de maneira negativa. “Esse grupo televisivo é ligado a uma família tradicional do Amapá que possui uma grande influencia em Santana” (prestador de serviço da prefeitura de Santana, 03 março de 2009). Coincidentemente a família que possui a detenção dos meios de comunicação é a família Borges podendo noticiar de sua forma, tendo em vista que o candidato desta família é oposição.

Houve na verdade um processo de espetacularização da situação relacionada aos candidatos. Ressaltou-se o sentido protecionista através do emprego e renda. Assim, a qualidade destas benesses adquiridas na relação entre candidato e eleitor são sinais de prestígio do segundo em relação ao primeiro. Os eleitores acompanham de maneira fiel os seus candidatos à prefeitura de Santana. A aceitação foi bastante grande, camisas com slogans, ou músicas foram bastante usufruídas.

12 – Entrevista colhida na prefeitura de Santana em janeiro de 2009.

O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) acompanhou de maneira atuante o processo eleitoral em Santana. Por mais que houvesse um contato direto e mais violento, as trocas de acusações em campanha política no município de Santana davam justificativas ao voto em um candidato como;

“Voto no candidato, porque todo candidato rouba”, ou “ Nós de Santana não queremos pessoal de Macapá no poder”. Assim como, “ Voto neste candidato por falta de opção (...) e não vejo solução em outros candidatos, pois o teu candidato também... ”¹⁴

Esta foi uma das campanhas políticas do Município de Santana que teve uma das maiores notoriedades, devido a forma de praticar política pelos candidatos e também, a maneira de como os santanenses participaram do processo eleitoral, que por sua vez, foi de uma maneira singular, mas que tem a sua pluralidade na mente de cada um de ver e experimentar a política.

13 – De acordo com a linguagem popular, vaco é oportunizar, realizar algo, dar espaço.

14 – Avaliação de um eleitor na Praça Cívica de Santana em um comício de Geovane Borges.

CONCLUSÃO

Em se tratando de Antropologia da política, os estudos direcionados ao município de Santana confirmaram as compatibilidades do uso deste meio de pesquisa ao objeto de estudo. Se utilizado da história foi possível obter o início de toda a formação do espaço santanense, e conseqüentemente, a formação política atendendo, posteriormente é claro, os anseios das pessoas que ali residiram ou que ainda residem.

O processo migratório para o município, a partir dos grandes projetos, teve suas implicações políticas que podem ser notada até na atualidade. O “grosso” da migração foi mais um dos vários alvos a serem atacados principalmente pela vanguarda política ou mesmo de personagens que surgiam como uma proposta de mudança política no município. A história da “evolução” do processo de distrito a município se confunde com o processo político, que foram iniciados por originários do local e pessoas que passaram a morar no Estado do Amapá especificamente no município de Santana. Assim, evidentemente, com o passar dos tempos o surgimento de novas pessoas como propostas política aumentaram “o campo de escolha” relacionada à política do município de Santana. O eleitorado santanense se identificou com o processo político de forma que o voto passou a fazer parte de seu cotidiano, deixando assim, um institucionalismo antes existente quando Santana era distrito da capital.

Sendo assim, se confirma a hipótese levantada de que o voto na cidade de Santana, no período eleitoral e mesmo após ele, possui uma representação que dialoga no sentido utilitário do uso deste e da campanha política, passando a fazer parte do cotidiano santanense. Não podemos considerar que há um clientelismo “a moda antiga” no município, mas a sua prática se perpetua no sentido da utilidade deste mesmo voto.

Assim, evidentemente, com o passar dos tempos o surgimento de novos atores sociais aumentaram as opções na política do município de Santana, aumentando a sua competitividade proporcionalmente ao atendimento do pedido de um emprego, um remédio, uma reforma na casa ou uma consulta médica.

Toda esta trama dentro da política é confirmada no capítulo 4, pois por meio desta parte do trabalho se pôde obter primeiro com a análise do perfil de cada elegível no capítulo 3, e também, através de um contato mais direto com os eleitores e

candidatos as confirmações, que foi relatado no capítulo 4 – estas aconteceram em meio a comícios ou reuniões em casas de um ou outro santanense – quanto às formas políticas praticadas em Santana, e também as alianças que, por sua vez, reforçam essa posição.

A política no município de Santana não é “presa” ao período da campanha, pois fora dela foram acompanhados vários eventos públicos, que por sua vez, são usados com um fim, o de promover uma avaliação a contento para, conseqüentemente, oportunizar uma nova chance – reeleição – ou de concorrer a um cargo na esfera estadual ou federal. O dinamismo social é acompanhado pelo processo político que pode ser de forma positiva para parte dos munícipes, com a continuação das dádivas, ou negativa com a crise política e administrativa do município de Santana. Seja interpretada de forma positiva ou negativa, a política abordada aqui é constante e extrapola o período da campanha, pois a partir do término das eleições os favores terão que ser “pagos”, dando início a uma política que será atenuada até o período da próxima eleição. Como se acaba de notar é um processo cíclico, que só muda de “roupagem” dependendo do momento em que é realizado.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Domingos. **No bico da cegonha. História de adoção.** São Paulo, Editora Relume – Dumara, 2002.
- BARREIRA, Yrlis Alencar Firmo. **Chuva de papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil.** São Paulo, Editora Relume – Dumara, 1998.
- BARREIRA, César. **A Sociologia no tempo.** São Paulo, Editora Cortez, 2004.
- BECKER, Berthak. **Amazônia.** Rio de Janeiro, 2º ed. Editora Ática, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** São Paulo, Editora Bertrand Brasil, 2003.
- DRUMMOND, José Augusto, et al. **O Amapá nos tempos do manganês. Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico.** Rio de Janeiro, Editora Geramond, 2007.
- ESCOTTO, Gabriela. **As difusas fronteiras entre a política e o mercado. Um estudo Antropológico sobre o marketing político, seus agentes, práticas e representações.** Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia Política UFRJ. Editora Relume – Dumara, 2004.
- FAUCALT, Michel. **Ditos e escritos – Repensar a política.** São Paulo Vol. 5. Editora Cia das letras, 1998.
- FELIPE, Michel Luís. **Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro.** UNB, Revista de Sociologia e Política. Editora Scielo 2003, www.scielo.br, Acessado no dia 02 de dezembro de 2010.
- FLEXA, Gianna Gomes, et al, **Degradação Ambiental e Exclusão Social na Baixada do Ambrósio: Santana/AP.** Amapá, Ed. Unifap, 2008.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto – Democracia e Racionalidade.** São Paulo, Editora Saraiva, 2004.
- FONSECA, Cláudia, et al. **Etnografia da participação – O antropólogo na política.** Rio de Janeiro, Editora Maremoto, 1996.
- GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política.** Rio de Janeiro, Editora Sete letras, 2006.
- GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Editora URFJ. Rio de Janeiro, 1997.
- HAAG, Carlos. **Palanque eletrônico. Ao contrário do mito, o horário eleitoral gratuito funciona e ajuda o eleitor.** Revista Pesquisa – Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo, FAPSP, 2008.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo enxada e voto.** 4º ed., Editora Nova Fronteira, 1997.

KUSCHINIR, Karina. **Antropologia da política**. Coleção Ciências Sociais, passo a passo, Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2007.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém, Cejup, 2004.

MAGALHÃES, Nara. **O povo sabe votar. Uma visão antropológica**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1999.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. **Forma e razão de troca nas sociedades 1976 [1923-24]**. In:_____, **Sociologia e Antropologia**, v. II. São Paulo, Edusp. Apud LANA, Marcos, **Universidade Federal do Paraná. Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Editora Scielo, www.scielo.br. Acessado no dia 30 de novembro de 2010.

MELLO, Neli Aparecida. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo, Annablume, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro**. **Revista de Sociologia Política**. UNB, www.scielo.br. Acessado no dia 30 de novembro de 2010.

MINEIRO, Ribamar, et al. Perfil do Amapá. **Político, histórico, econômico, didático e turístico**. Amapá, Editora Delta, 2000.

MIRANDA, Júlia. **Carisma Sociedade e Política**. São Paulo, Editora Relume – Dumara, 2001.

PALMEIRA, Moacir et al. **Política no Brasil: Visões de Antropólogos. Coleção Antropologia da Política**. São Paulo, 1º Ed., Editora Relume – Dumara, 2006.

PEIRANO, Mariza G. S.. **Uma Antropologia no plural**. Brasília, Editora UNB, 1998.

PORTO, Jadson. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá, SETEC, 2004.

PRADO JÚNIOR, Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo, Ed. 23, Editora Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Besaliel de Oliveira. **Dicionário de direito eleitoral brasileiro**. Macapá, 1º ed. Edições da Amazônia, 2006.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo-1943 a 1970**. Macapá, Editora Gráfica O Dia S.A, 1998.

DVD, **Santana não pode parar**. Santana, campanha política de Antônio Nogueira nas eleições de 2008.

SEIFERTH, Giralda. **Histórias de migrantes e de imigrações no Rio de Janeiro 2007**. [hhhp// books.google.com.br](http://books.google.com.br). acessado no dia 09 de setembro de 2009.

TRINDADE Jr, Saint-Clair C. e ROCHA, Gilberto de M. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém, Ed. Paka-Tatu, 2002.

THOMPSON, John B. **O escândalo político**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

VELHO, Gilberto. **Rio de Janeiro: Cultura, política e conflito.** São Paulo, Coleção Antropologia Social, 1º Ed.. Editora Jorge Zahar, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2º edição, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações.** São Paulo, 1º Ed. Editora Martin Claret, 2001.